



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

BRASÍLIA – 2014



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	12
1.1.	Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual.....	12
1.2.	Finalidade e competências institucionais	14
1.3.	Organograma funcional e atribuições das Unidades da Secretaria	15
1.4.	Macroprocessos Finalísticos.....	18
1.5.	Macroprocessos de Apoio	20
1.6.	Principais Parceiros	21
2.	INTRODUÇÃO.....	22
2.1.	Não aplicáveis à SESGE	22
2.2.	Sem conteúdo a ser declarado	22
2.3.	Principais realizações da gestão em 2013	22
2.4.	Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos em 2013	23
3.	PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	24
3.1.	Planejamento da Unidade	24
3.2.	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	28
3.3.	Informações sobre outros resultados da gestão	34
4.	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	40
4.1.	Estrutura de governança	40
4.2.	Avaliação do funcionamento dos controles internos.....	41
4.3.	Sistema de correição.....	43
4.4.	Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	43
4.5.	Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos.....	43
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	44
5.1.	Execução das despesas	44
5.2.	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	51
5.3.	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	51
5.4.	Transferência de recursos	52
5.5.	Suprimento de Fundos.....	54
5.6.	Renúncia sob a gestão da UJ	55
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	56
6.1.	Estrutura de pessoal da unidade	56
6.2.	Terceirização de mão de empregada e contratação de estagiários	64
7.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	65
7.1.	Gestão da frota de veículos próprios e contratos de terceiros	65

7.2.	Gestão do patrimônio imobiliário.....	67
8.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	68
8.1.	Gestão da tecnologia da informação (TI)	68
9.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	71
9.1.	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	71
9.2.	Consumo de papel, energia elétrica e água	73
10.	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	74
10.1.	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	74
10.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno – OCI.....	76
10.3.	Informação sobre a atuação da unidade de auditoria interna	77
10.4.	Declaração de bens e rendas estabelecidas na Lei 8.730/93	78
10.5.	Medidas adotadas em caso de dano ao erário.....	79
10.6.	Alimentação SIASG e SICONV	80
11.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	81
12.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	82
12.1.	Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.....	82
12.2.	Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	82
13.	ANEXOS	83
13.1.	Anexo I – Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV – original digitalizada	83
13.2.	Anexo II – Declaração do contador – original digitalizada.....	84
13.3.	Anexo III – Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.....	85

LISTAS DE SIGLAS

AAA	Assessoria de Acompanhamento e Avaliação/SESGE
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Estado do Acre
AL	Estado do Alagoas
AM	Estado do Amazonas
ARENA	Análise de Riscos com Ênfase na Ameaça
ARI	Assessoria de Relações Institucionais/SESGE
Art.	Artigo
BA	Estado da Bahia
CBM	Corpo de Bombeiros Militar
CE	Estado do Ceará
CGU	Controladoria-Geral da União
CICCA	Centro Integrado de Comando e Controle Alternativo
CICCI	Centro Integrado de Comando e Controle Internacional
CICCL	Centro Integrado de Comando e Controle Local
CICCM	Centro Integrado de Comando e Controle Móvel
CICCN	Centro Integrado de Comando e Controle Nacional
CICCR	Centro Integrado de Comando e Controle Regional
CNCG	Conselho Nacional de Comandantes Gerais de Polícias e Corpo de Bombeiros Militares
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONCPC	Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal
CRC	Conselho Regional de Contabilidade

DAS	Direção de Assessoramento Superior
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DC	Defesa Civil
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DF	Distrito Federal
DFNSP	Departamento da Força Nacional de Segurança Pública/SENASP
DILOG	Diretoria de Logística/SESGE
DINT	Diretoria de Inteligência/SESGE
DIOP	Diretoria de Operações/SESGE
DIPRO	Diretoria de Projetos Especiais/SESGE
DN	Decisão Normativa
DPF	Departamento de Polícia Federal
DPRF	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DVI	<i>Disaster Victim Identification</i> (Identificação de Vítimas de Desastres)
ES	Estado do Espírito Santo
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
Gepnet	Sistema Gestor de Escritório de Projetos
GM	Guarda Municipal
GO	Estado de Goiás
GTCOPA	Grupo de Trabalho da Copa do Mundo FIFA 2014
IGP	Instituto Geral de Perícias
IN	Instrução Normativa
LIGABOM	Liga Nacional de Bombeiros
LOA	Lei Orçamentária Anual

MG	Estado de Minas Gerais
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MS	Estado do Mato Grosso do Sul
MT	Estado do Mato Grosso
OCI	Órgão de Controle Interno
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PA	Estado do Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC	Prestação de Contas
PC	Polícia Civil
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PM	Polícia Militar
PPA	Plano Plurianual
PR	Estado do Paraná
RFB	Receita Federal do Brasil
RG	Relatório de Gestão
RI	Regimento Interno
RJ	Estado do Rio de Janeiro
RN	Estado do Rio Grande do Norte
RO	Estado de Rondônia
RR	Estado de Roraima
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SC	Estado de Santa Catarina
SE	Estado de Sergipe

SESGE	Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICC	Sistema Integrado de Comando e Controle
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC	Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SP	Estado de São Paulo
SSP	Secretarias de Segurança Pública
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TO	Estado do Tocantins
TR	Termo de Referência
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade Orçamentária
VIP	<i>Very Important Person</i>

LISTAS DE TABELAS, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

Quadro 1 – A.1.1.3– Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	12
Figura 1 – Organograma da SESGE	15
Tabela 1 – macroprocessos finalísticos	18
Tabela 2 – macroprocessos de apoio.....	20
Tabela 3 – Evolução do efetivo da SESGE em 2013 por mês	26
Quadro 2 – A.2.2.2 – Objetivo	28
Quadro 3 – A.2.2.3.1 – Ações - OFSS – 7U23	29
Quadro 4 – A.2.2.3.1 – Ações - OFSS – 14WH	30
Quadro 5 – A.2.2.3.1 – Ações - OFSS – 14LG.....	30
Quadro 6 – A.2.2.3.1 – Ações - OFSS – 14VN	31
Quadro 7 – A.2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar - OFSS – 14LH.....	32
Quadro 8 – A.2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar - OFSS – 14LI	32
Quadro 9 – A.2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar - OFSS – 14LJ	33
Figura 2 – CICC da Bahia composto por várias instituições dividindo o mesmo espaço e compartilhando informações.	36
Figura 3 – CICC em Minas Gerais em funcionamento e com representação de várias instituições da segurança pública.	36
Figura 4 – CICC-Móveis entregues na fábrica. Foram usados durante a Copa das Confederações e JMJ.	36
Figura 5 – Sistema de Imageamento Aéreo.	36
Figura 6 – Escolta utilizada na Bahia.....	37
Figura 7 – Ação da Escolta e Batedores.....	37
Figura 8 – Robô antibomba sendo apresentado na cerimônia de entrega do CICC – Brasília.	37
Figura 9 – Robô antibomba, escudo balístico e traje antibomba doados pela SESGE/MJ sendo utilizados em treinamento de policiais militares.	37
Figura 10 – Atuação da Força Nacional em distúrbio civil no Rio de Janeiro.	38
Figura 11 – Kit de desencarceramento utilizado na Copa das Confederações – Recife-PE.	38
Figura 12 – Almofada pneumática sendo apresentada na cerimônia de entrega do CICC – Brasília.	38
Figura 13 – Curso Consulta de Resposta a Incidente com Atirador Ativo, com participação de policiais militares, civis e federais dos Estados-sede. Curso em inglês com tradução simultânea.	38
Quadro 10 – A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	41
Quadro 11 – A.4.1.1 – Programação de despesas	44
Quadro 12 – A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	45
Quadro 13 – A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	46
Quadro 14 – A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – valores executados diretamente pela UJ	47

Quadro 15 – A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – valores executados diretamente pela UJ.....	48
Quadro 16 – A.4.1.3.5 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação	49
Quadro 17 – A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação.....	49
Quadro 18 – A.4.3 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	51
Quadro 19 – A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	52
Quadro 20 – A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas	52
Quadro 21 – A.4.5.1 – Despesas realizadas por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica).....	54
Quadro 22 – A.4.5.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	54
Quadro 23 – A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (CPFG).....	54
Quadro 24 – A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	56
Quadro 25 – A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho (Situação em 31/12).....	57
Quadro 26 – A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Situação em 31/12)	57
Quadro 27 – A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Situação em 31/12)	58
Quadro 28 – A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Situação em 31/12)	58
Quadro 29 – A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	59
Tabela 4 – Quantidade de veículos por grupo.....	65
Tabela 5 – Quantidade de veículos por classificação.....	65
Tabela 6 – Quilometragem por classificação do veículo	66
Tabela 7 – Idade média da frota por classificação do veículo	66
Tabela 8 – Custos associados à manutenção e abastecimento por classificação do veículo (valores em reais).....	66
Quadro 30 – A.7.1 – gestão da tecnologia da informação	68
Quadro 31 – A.8.1 – gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	71
Quadro 32 – A.9.1.1 – cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	74
Quadro 33 – A.9.2.1 – relatório de cumprimento das recomendações do OCI	76
Quadro 34 – A.9.2.2 – situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	77
Quadro 35 – A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	78
Gráfico 1 – Acessos no site da SESGE – visitas/leituras.....	81
Quadro 36 – A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	85
Tabela 9 – 2011/Termo de Cooperação	88
Tabela 10 – 2011/Convênio	89

Tabela 11 – 2012/Termo de Cooperação	90
Tabela 12 – 2013/Termo de Cooperação	92
Tabela 13 – 2012/Convênio	93

PARTE A – Item 1¹

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada – Relatório de Gestão Individual

Quadro 1 – A.1.1.3– Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual²

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos		
Denominação Abreviada: SESGE		
Código SIORG: 116389	Código LOA: 30101	Código SIAFI: 200248
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal		CNPJ: 00.394.494/0149-43
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(61) 2025-2023	(61) 2025-2001
Endereço Eletrônico: aaa.sesge@mj.gov.br		
Página na Internet: http://sesge.mj.gov.br/		
Endereço Postal: SPO - Área 5 - Quadra 3 - Bloco G - Térreo - Ed. Sede DPRF Brasília/DF – CEP 70.610-215		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none">– Decreto 7.538, de 1º de agosto de 2011 – Altera o Decreto 6.061/2007 e dá outras providências;– Decreto 7.682, de 28 de fevereiro de 2012 – Altera o Decreto 7.538/2011;– Decreto 8.031, de 20 de junho de 2013 – Altera os Anexos I e II do Decreto 6.061/2007.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
<ul style="list-style-type: none">– Portaria MJ 2.164, de 29 de setembro de 2011 – Aprova o Regimento Interno da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos;– Portaria MJ 2.499, de 1º de novembro de 2011 – Delega a competência de ordenador de despesas ao Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos – SESGE;– Portaria 2.586, de 24 de novembro de 2011 – Acresce o inciso IV, no Art. 1º da Portaria MJ nº 2.499, de 1º de novembro de 2011;– Resolução do GECOPA nº 018, de 19 de novembro de 2012 - Autoriza a revisão da Matriz de Responsabilidades, com a inclusão de anexos referentes às atividades de Segurança;– Instrução Normativa 001/2012-SESGE/MJ, de 12 de junho de 2012 – Disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos da SESGE e dá outras providências;– Instrução Normativa 002/2012-SESGE/MJ, de 14 de junho de 2012 – Regulamenta o processo de solicitação, trâmite e aprovação de diárias e passagens no âmbito da SESGE;– Instrução Normativa 003/2012-SESGE/MJ, de 27 de novembro de 2012 – Disciplina o uso de telefonia móvel e serviço móvel de dados no âmbito da SESGE;– Instrução Normativa 001/2013-SESGE/MJ, de 24 de abril de 2013 – Disciplina os procedimentos para doação de bens para os órgãos estaduais, distrital e municipais no âmbito da SESGE;– Portaria SESGE 049, de 3 de maio de 2012 – Aprova o Regimento Interno das Comissões Estaduais/Distrital de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos– Portaria SESGE 094, de 28 de agosto de 2012 – Aprova o Planejamento Estratégico de Segurança para a Copa do Mundo FIFA 2014;– Portaria SESGE 095, de 28 de agosto de 2012 – Acrescenta o inciso XX ao artigo 3º do anexo da Portaria 49/2012;– Portaria SESGE 101, de 19 de novembro de 2012 – Estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos, destinado ao atendimento das atividades da Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos.– Portaria SESGE 059, de 18 de março de 2013 – Aprova a organização das atividades da Diretoria de Projetos Especiais no âmbito da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.– Portaria SESGE 088, de 5 de abril de 2013 – Dispõe sobre o procedimento prévio para pagamento de hora-aula dos profissionais que realizaram atividades educacionais custeadas pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos e dá outras providências.– Portaria SESGE 087, de 24 de março de 2014 – Institui o Comitê de Tecnologia da Informação – CTI no âmbito da		

¹Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

²Anexo I, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> - Matriz de Responsabilidade; - Caderno de atribuições; - Planejamento Estratégico de Segurança Pública e de Defesa para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. 	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro

1.2. Finalidade e competências institucionais

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE é um órgão do Ministério da Justiça, instituído por meio do Decreto 7.538, de 1º de agosto de 2011, com atribuições relacionadas ao planejamento, coordenação, articulação e avaliação de ações de segurança para os Grandes Eventos. Nesse contexto, consideram-se grandes eventos³: a Jornada Mundial da Juventude de 2013; a Copa das Confederações FIFA de 2013; Copa do Mundo FIFA de 2014; os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016; e outros eventos designados pelo Presidente da República.

À SESGE compete⁴:

- I - assessorar o Ministro de Estado da Justiça, no âmbito de suas competências;
- II - planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança para os Grandes Eventos;
- III - elaborar propostas de legislação e regulamentação nos assuntos de sua competência;
- IV - promover a integração entre os órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos;
- V - articular-se com os órgãos e as entidades, governamentais e não governamentais, envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos, visando à coordenação e supervisão das atividades;
- VI - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos e entidades, governamentais e não governamentais envolvidos com a segurança dos Grandes Eventos;
- VII - promover a interface de ações com organismos, governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, na área de sua competência;
- VIII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência nos Grandes Eventos;
- IX - estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando a prevenção e a repressão da violência e da criminalidade durante a realização dos Grandes Eventos;
- X - apresentar ao Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública projetos relacionados à segurança dos Grandes Eventos a serem financiados com recursos do respectivo Fundo; e
- XI - adotar as providências necessárias à execução do orçamento aprovado para os projetos relacionados à segurança dos Grandes Eventos.

Dessa forma, considerando as suas competências, a SESGE promove, no âmbito federal, a integração da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e da Receita Federal, bem como articula com o Ministério da Defesa a participação das Forças Armadas em questões específicas de Segurança Nacional.

No âmbito estadual e municipal, a SESGE, em parceria com as Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social, promove a integração das ações dos diversos órgãos, tanto nas questões operacionais como nas ações de inteligência, e, em âmbito privado, através de parcerias com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

³Decreto nº 7.538, de 1º de agosto de 2011, alterado pelo decreto nº 7.682, de 28 de fevereiro de 2012.

⁴Art. 38-G do Decreto 6.061/2007, incluído pelo Decreto 7.538/2011.

1.3. Organograma funcional e atribuições das Unidades da Secretaria

1.3.1. Organograma Funcional

Inicialmente a SESGE foi estruturada em quatro diretorias e duas assessorias (Decreto 7.538/2011). Em junho de 2013, após gestões da SESGE e da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, foram criadas seis coordenações-gerais, conforme Decreto 8.031, de 20 de junho de 2013.

Assim, ao final de 2013, a SESGE possuía a seguinte estrutura organizacional:

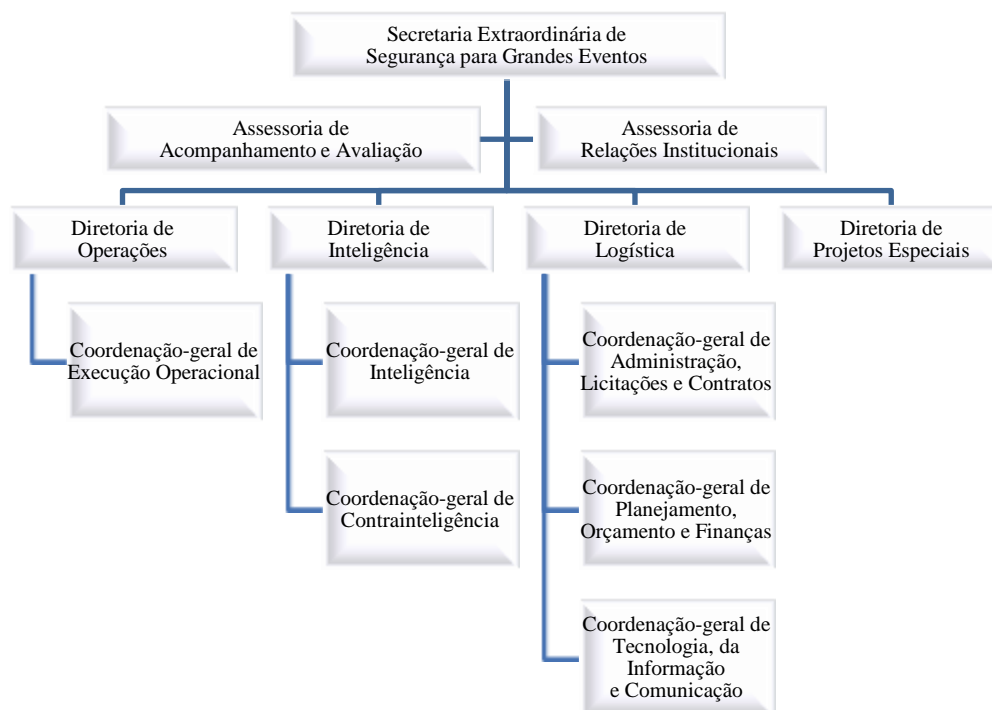


Figura 1 – Organograma da SESGE

1.3.2. Atribuições

Assessoria de Acompanhamento e Avaliação – AAA

Compete assessorar o Secretário nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo; orientar os dirigentes da Secretaria quanto ao cumprimento de normas e diretrizes da Administração Pública Federal correspondente ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo; assessorar e acompanhar o atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle -TCU e CGU; atuar de forma preventiva junto aos dirigentes, com o objetivo de evitar impropriedades na execução dos recursos orçamentários e financeiros destinados à Secretaria; e desempenhar outras atribuições de assessoramento que lhe forem determinadas pelo Secretário.

Assessoria de Relações Institucionais – ARI

Compete assessorar o Secretário nos assuntos relativos à suas atribuições; atuar na negociação e mediação de conflitos de interesse entre os órgãos e entidades envolvidos na segurança dos Grandes Eventos; participar das tratativas para a articulação das ações de segurança entre os órgãos e entidades envolvidos na segurança dos Grandes Eventos; orientar, coordenar, controlar e avaliar projetos e atividades de comunicação social, com enfoque institucional, no âmbito da Secretaria; promover, coordenar e controlar a comunicação social da Secretaria, incluindo a manutenção do acervo documental jornalístico; assessorar o Secretário nas reuniões institucionais da Secretaria; coordenar as atividades do Gabinete do Secretário, bem como representar o Secretário nas reuniões institucionais, em seus eventuais impedimentos; e realizar a gestão documental da Assessoria de Relações Institucionais.

Diretoria de Operações – DIOP

Compete coordenar o desenvolvimento do planejamento das ações de segurança pública dos Grandes Eventos nos níveis estratégico, tático e operacional; coordenar, em sua área de atribuições e em conjunto com a Diretoria de Projetos Especiais, as atividades de treinamento dos servidores envolvidos nos Grandes Eventos; coordenar as atividades dos Centros de Comando e Controle Nacional, Regionais, Locais e Móveis e o Centro de Comando e Controle Internacional, acompanhando, em conjunto com a Diretoria de Logística, sua implementação; e apresentar ao Secretário, para análise e aprovação, os respectivos documentos de planejamento estratégico, tático e operacional, nos termos do cronograma das ações de segurança pública para os eventos.

Diretoria de Inteligência – DINT

Compete coordenar o desenvolvimento das atividades de Inteligência, nos níveis estratégico, tático e operacional, em proveito das operações de segurança para os Grandes Eventos; promover, com os órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN, o intercâmbio de dados, informações e conhecimentos necessários à tomada de decisões administrativas e operacionais por parte da SESGE; supervisionar o processo de credenciamento das pessoas envolvidas nos Grandes Eventos; promover ações de capacitação dos servidores que irão atuar nos Grandes Eventos na área de inteligência, em parceria com a Diretoria de Projetos Especiais e órgãos do SISBIN; coordenar as atividades de produção e proteção de conhecimentos dos centros de integração de inteligência relacionados aos Grandes Eventos, acompanhando, em conjunto com a Diretoria de Logística, seu planejamento, implementação e funcionamento; e submeter ao Secretário, para análise e aprovação, os planejamentos de Inteligência e Contraineligência, nos níveis estratégico, tático e operacional, bem como os relatórios de avaliações de riscos, além de outros subsídios gerados pela Inteligência nos termos do cronograma das ações de segurança pública para os eventos.

Diretoria de Logística – DILOG

A Diretoria de Logística tem como principais atribuições coordenar e prover meios para o desempenho das atividades inerentes ao funcionamento da estrutura organizacional e pessoal da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos; articular-se com as demais Diretorias para o desenvolvimento do planejamento e da gestão orçamentária e financeira da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos; realizar a gestão documental da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos; planejar e executar atos de natureza orçamentária e financeira da Secretaria Extraordinária de Segurança para os Grandes Eventos; promover a aquisição de bens e serviços necessários às ações de segurança dos Grandes Eventos; definir a estrutura e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações necessárias para as ações de segurança dos Grandes Eventos; articular-se para integrar as bases de dados e sistemas automatizados e de comunicação necessários à segurança dos Grandes Eventos; definir os perfis dos recursos humanos necessários ao adequado funcionamento das estruturas de tecnologia da informação e comunicação dos Grandes Eventos; e articular-se com os órgãos governamentais e não governamentais, além de organizações multilaterais, para a celebração de convênios e termos de cooperação, visando à otimização das aquisições de material e tecnologia necessários à segurança dos Grandes Eventos.

Diretoria de Projetos Especiais – DIPRO

Compete articular-se com as instâncias de Governo Federal, Estadual, Distrital e Municipal das áreas dos Grandes Eventos, bem como com organizações multilaterais e entidades privadas de interesse dos projetos, de forma a estabelecer canais de relacionamento, comunicação e ação que garantam o alcance dos objetivos dos projetos sociais estabelecidos pela Diretoria; desenvolver programas e ações de segurança, principalmente de caráter educativo e cidadão, com foco nas comunidades de maior vulnerabilidade social nas áreas dos Grandes Eventos, inclusive por meio do fomento financeiro a programas governamentais e não governamentais, respeitando as peculiaridades de cada comunidade; apoiar a reconstituição de espaços urbanos das áreas de Grandes Eventos, mediante a implantação de ações voltadas para locais considerados de alto risco em termos de violência, criminalidade e desastres; articular-se com os órgãos governamentais, entidades não governamentais e organizações multilaterais, visando ao planejamento, implementação e acompanhamento dos projetos de capacitação nos Grandes Eventos, em conjunto com as Diretorias de Operações e de Inteligência, de acordo com a natureza da capacitação; fomentar financeiramente instituições governamentais e não governamentais nas áreas dos Grandes Eventos, por meio de convênios e editais de seleção, a partir de levantamento situacional da criminalidade que indique a necessidade premente de cada local, visando à redução da criminalidade e da violência; disseminar o conceito de segurança cidadã e as novas ações e metodologias desenvolvidas na área de segurança de Grandes Eventos, em particular quanto ao legado social, junto a instituições governamentais e não governamentais e às comunidades envolvidas.

1.4. Macroprocessos Finalísticos

Com foco principal na integração operacional entre os órgãos de Segurança Pública e instituições envolvidas nos grandes eventos, a SESGE tem como objetivo a adequação dos serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública visando ao aumento da demanda gerada em função da realização dos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa do Mundo FIFA 2014, dotando as instituições de Segurança Pública de recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos visando à difusão da doutrina do Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC.

O SICC visa atender às necessidades operacionais e logísticas relacionadas às atividades de segurança pública do país, utilizando conceitos de interoperabilidade, processos e sistemas de comando e controle, plataforma integrada e monitoramento de vídeo.

Do ponto de vista operacional, a integração é um marco importantíssimo para o combate ao crime. Do ponto de vista de gestão, a integração possibilita diminuição de custos, tanto de material como de pessoal, aumenta exponencialmente a possibilidade de sucesso da missão com o mínimo de dano à sociedade, quer seja de patrimônio ou de vidas.

Assim, com essa ênfase foram desenvolvidos os macroprocessos finalísticos da Secretaria:

Macroprocessos	Principais produtos / serviços entregues pelo macroprocesso	Processo responsável por realizar esta entrega (produtos / serviços)	Clientes / usuários desta entrega (produtos / serviços)
Integração das forças de segurança	Plano tático de segurança para grandes eventos elaborado	Planejamento das operações de Segurança para grandes eventos	Sociedade civil; Secretarias de Segurança dos Estados/Distrito Federal; Órgãos federais
	Plano tático de segurança para grandes eventos executado	Coordenação das ações de segurança para grandes eventos	Secretarias de Segurança dos Estados/Distrito Federal; Órgãos federais; SESGE.
	Credenciamento acompanhado e avaliado	Acompanhamento e avaliação do processo de credenciamento	Sociedade civil; Secretarias de Segurança dos Estados/Distrito Federal; Órgãos federais.
Fortalecimento das estruturas dos sistemas de segurança pública Federal e nos Estados-sede.	Instituições de segurança estruturadas e Agentes públicos capacitados (inteligência e operações)	Gestão de parcerias (convênios e termos de execução descentralizada)	Sociedade civil; Secretarias de Segurança dos Estados e do Distrito Federal; Órgãos federais.

Tabela 1 – macroprocessos finalísticos

O SICC abrange os Centros Integrados de Comando e Controle Nacional (CICCNs) e Alternativo (CICCA), Centros Integrados de Comando e Controle Regionais (CICCRs), Centros Integrados de Comando e Controle Móveis (CICCMs) e Plataformas de Observação Elevada (POE), que visam à integração entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança pública, concentrando em um ambiente único as informações necessárias no momento da ocorrência, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada, por meio de protocolos de ação pré-definidos com todos os órgãos envolvidos.

Os CICCNs e CICCAs estão instalados nas cidades de Brasília e Rio de Janeiro (alternativo), respectivamente. Os CICCRs e CICCMs estão localizados em cada cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. As POEs ficarão em cada cidade-sede em número de duas, na maioria das localidades, com um total de vinte e duas entregues em 2013.

Na Copa das Confederações FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude, foi possível testar, de forma embrionária, o funcionamento do SICC, com resultados reconhecidamente satisfatórios. De igual modo, foram colocados em funcionamento os protocolos táticos e

operacionais monitorados dentro dos CICCRRs, iniciativa fundamental no planejamento das atividades de policiamento ostensivo e não ostensivo no período da realização dos eventos.

Com a transmissão de dados, imagens e voz, a atuação dos profissionais de segurança foi mais efetiva durante as manifestações que ocorreram durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Com a atuação eficiente das Forças de Segurança Pública na contenção e controle da desordem e das ações dos indivíduos violentos, buscou-se garantir efetivamente a segurança de autoridades, delegações atletas e corpos de arbitragem, atendidos por centrais de escoltas e batedores, além de torcedores e turistas, inclusive o acesso de cerca de 800 mil pessoas às arenas, possibilitando à organização do evento a manutenção do calendário dos jogos, cumprindo fielmente os horários planejados.

Por exemplo, em Fortaleza, as imagens captadas pelo CICC-Móvel e acompanhadas pela aeronave dotada com o Sistema de Imageamento Aéreo foram transmitidas, em tempo real, para o CICCRR e CICCEN, as quais foram fundamentais para o planejamento e operação das equipes da Polícia Militar nas manifestações ocorridas na capital cearense.

1.5. Macroprocessos de Apoio

A SESGE possui em sua estrutura a Diretoria de Logística – DILOG, à qual compete coordenar e prover meios para o desempenho das atividades inerentes ao funcionamento da estrutura organizacional da Secretaria; promover a aquisição de bens e serviços necessários às ações de segurança dos Grandes Eventos; bem como definir a estrutura e infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações necessárias para as ações de segurança dos Grandes Eventos.

Nesse sentido, foram desenvolvidos os macroprocessos “Gestão de recursos logísticos” e “Gestão de TI”, de modo a descrever os produtos e serviços entregues pela DILOG:

Macroprocessos	Principais produtos / serviços entregues pelo macroprocesso	Processo responsável por realizar esta entrega (produtos / serviços)	Clientes / usuários desta entrega (produtos / serviços)
Gestão de recursos logísticos	Bem adquirido, bem doado e serviço contratado	Aquisições de bens e contratações de serviços	SESGE; Estado/município-sede que receberá o bem ou serviço adquirido
	Prestação de contas da viagem realizada	Gestão de diárias e passagens	SESGE e Preposto
	Fatura atestada	Gestão de serviços de Telecomunicação móvel	SESGE; Prestadora de serviços de telecomunicação móvel contratada
	Nota fiscal paga ou recurso transferido ou Orçamento descentralizado/empenhado	Execução Orçamentária e Financeira	SESGE; Empresa contratada; Conveniente; Partícipe do TED
	Contrato gerido	Gestão de Contratos	SESGE; empresa contratada
	Ata de registro gerida	Gestão de Ata de Registros e Preços	Aderente a ATA
Gestão de TI	Plano do SICC elaborado	Planejamento para atendimento de demandas operacionais	Secretarias de Segurança dos Estados/Distrito Federal e órgãos federais; Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos
	Contrato fiscalizado e executado	Execução e Fiscalização de Contratos de TI do Sistema Integrado de Comando e Controle - SICC	
	Sistema desenvolvido	Desenvolvimento de sistemas	

Tabela 2 – macroprocessos de apoio

Os macroprocessos de apoio da SESGE têm como clientes não só o seu público interno, como também o público externo. As aquisições de bens e serviços de maiores valores são para a implementação do SICC e suprimentos para as forças policiais, a exemplo das aquisições dos kits antibombas para lidar com crimes envolvendo artefatos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos.

Além disso, a SESGE realizou a compra de equipamentos menos letais visando oferecer condições para que o policial possa atuar, como primeira resposta, com armas dissuasórias de menor potencial ofensivo. Os grupos que protagonizaram algum grau de violência e agressividade foram contidos com o uso de equipamentos e instrumentos de menor potencial ofensivo, fundamental para que não ocorresse nenhuma morte nos confrontos com as Forças de Segurança Pública. Máscaras contra gases, armas de impulso elétrico, granadas de efeito moral e espargidores de pimenta foram equipamentos que propiciaram às tropas de choque das polícias militares a garantia da segurança dos jogos.

1.6. Principais Parceiros

Os principais parceiros da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos são:

1.6.1. Parceiros internos⁵

- DPF e DPRF – órgãos atuantes nas Comissões Estaduais/Distritais de Segurança Pública e Defesa Civil para os Grandes Eventos (COESGE) – presidindo e coordenando as atividades das comissões; bem como atuam diretamente no Centro Integrado de Comando e Controle, que é composto pelos seguintes sistemas: Centro de Comando e Controle Nacional, Alternativo, Local (Arena), Móvel, Regional e Plataformas de Observações.
- SENASP – Secretaria responsável pela mobilização da força nacional, caso necessário, durante a realização dos grandes eventos;
- CONJUR – Área de análise jurídica dos contratos e processos desta Secretaria.

1.6.2. Parceiros externos⁶ – nacionais

- SSPs e Defesa Civil – Participam da coordenação dos Centros Integrados de Comando e Controle Regional – CICCRR, nos estados-sede⁷, bem como colaboram com a disponibilização de servidores para atuarem nas atividades dessa Secretaria.
- ABIN – Atua diretamente nas ações de Inteligência em conjunto com a Diretoria de Inteligência da SESGE.
- MD – Atua em conjunto nas ações de segurança na área de defesa nacional.
- RFB – Apoio nas ações de segurança relacionadas a medidas de prevenção à criminalidade.

1.6.3. Parceiros externos – internacionais

Embaixadas dos EUA e do Reino Unido atuam na área de capacitação, disponibilizando cursos de segurança pública para os grandes eventos. Além disso, os 32 países que participarão da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 compõe o Centro de Cooperação Policial Internacional, a fim de monitorar e ajudar nas ações de segurança durante os jogos.

⁵Departamento de Polícia Federal – DPF, Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça – CONJUR.

⁶Secretarias de Segurança Pública – SSPs e Defesa Civil dos Estados, Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Ministério da Defesa – MD.

⁷Estados-sede: AM, BA, CE, DF, MG, MT, PR, PE, RJ, RN, RS e SP. Estados não sede: AC, AL, ES, GO, MS, PA, PI, RO, RR, SC, SE e TO.

2. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, na Decisão Normativa TCU nº 127/2013, na Portaria TCU nº 175/2013, e na Norma de Execução nº 1/2013, publicada pela CGU, por meio da Portaria CGU nº 133/2013.

Informações que deixaram de ser apresentadas sobre os seguintes itens constantes da Parte A, aplicáveis aos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Federal, do Anexo II, da DN TCU nº 127/2013:

2.1. Não aplicáveis à SESGE

3.4 – Sistema de Correição e 3.5 - Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU: a SESGE não desempenha atividades do sistema de correição;

4.6 – Renúncias sob a Gestão da UJ: não há arrecadação de receitas pela Unidade.

9.3 – Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna: a SESGE não possui unidade de auditoria interna.

2.2. Sem conteúdo a ser declarado

4.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos; 9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário; 10.2 – Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade; 10.3 – Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

8.2 – consumo de papel, energia elétrica e água, tendo em vista que a aquisição do papel utilizado por esta Secretaria é feita pelo Ministério da Justiça, e, com relação ao consumo de energia elétrica e água, a SESGE não possui informações de quantidade e valor, pois ela participa de rateio das despesas dos locais físicos em que ocupa, conforme considerações apresentadas no item 6.2 – Gestão do patrimônio imobiliário.

2.3. Principais realizações da gestão em 2013

A SESGE investiu no ano de 2013 um total de mais de R\$590 milhões, com escopo de atender às demandas de Segurança Pública para grandes eventos, nos três níveis de governo, com consequentes resultados positivos na utilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

Neste mesmo exercício, grandes eventos foram realizados, servindo como valiosos testes para a Secretaria e para as forças de segurança, sendo utilizados como parâmetro para aperfeiçoar os planejamentos estratégicos e operacionais existentes, com foco na Copa do Mundo de 2014.

A Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e o sorteio da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 são exemplos de eventos que exigiram um grande aparato da segurança pública, ensejando a utilização de grande parte dos materiais adquiridos pela SESGE, bem como um planejamento detalhado de cada um dos eventos, onde a SESGE atuou na coordenação das operações realizadas.

O detalhamento da execução das atividades da SESGE será abordado em itens específicos deste Relatório.

2.4. Principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos em 2013

2.4.1. Fatores externos

- Dificuldade de obter a cessão ou a disponibilização de servidores públicos para atuarem nas atividades da Secretaria..
- Atrasos na definição de local para instalação das antenas de comunicação, atrasos nas liberações das edificações adequadas para instalação das salas-cofre, e atrasos na entrega de infraestrutura lógica e elétrica para implantação da solução de Vídeo Wall.

2.4.2. Fatores internos

Insuficiência de estrutura de pessoal, dificuldade que vem sendo superada pela recente publicação de Medida Provisória⁸, em 2014, que cria as funções comissionadas para grandes eventos, pela expectativa de contratação de servidores temporários para a área de Tecnologia da Informação e área de Gestão e pela recente nomeação de servidores do cargo de Analista Técnico Administrativo.

⁸Medida Provisória nº 640, de 21 de março de 2014. Publicada na Edição Extra nº 55 da mesma data.

PARTE A – Item 2⁹

3. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. Planejamento da Unidade

As ações da SESGE para a segurança dos grandes eventos são atividades governamentais relacionadas aos projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo 2014 – GECOPA, seguindo as diretrizes do Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA – CGCOPA, pela Matriz de Responsabilidades, pelo Caderno de Atribuições e pelos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da Copa do Mundo FIFA 2014¹⁰:

O Governo brasileiro tem a real dimensão da importância do sucesso das ações de segurança durante a Copa do Mundo. Entretanto, é necessário que os esforços e os investimentos públicos realizados nessa área traduzem-se em avanços permanentes para a sociedade, representando um salto qualitativo na redução permanente dos índices de criminalidade. Assim, torna-se indiscutível a necessidade de que todo o planejamento tenha foco na integração de todos os setores envolvidos, como forma de garantir o legado a ser deixado para as áreas de segurança pública e de defesa. Portanto, todos os investimentos em aquisição de equipamentos e na elaboração de estratégias devem priorizar a incorporação destes às políticas permanentes de segurança pública e defesa. Além disso, todos os esforços devem ser direcionados à efetiva integração das instituições brasileiras, e dessas com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014.

O escopo do Planejamento Estratégico para a Segurança Pública durante a Copa do Mundo objetiva a integração das instituições, com consequentes resultados na forma de utilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

(...)

A SESGE facilitará a integração das ações dos diversos órgãos nas questões operacionais e de inteligência em parceria com as Secretarias de Segurança/Defesa Social/Defesa Civil, no âmbito estadual e municipal, e com a Gerência Geral de Segurança do Comitê Organizador da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 no âmbito privado.

Com foco principal na integração operacional entre os órgãos de Segurança Pública e instituições envolvidas nos grandes eventos, todo o esforço da SESGE está direcionado a essa efetiva integração. Para tanto, todos os investimentos em aquisição de equipamentos e na elaboração de estratégias visam priorizar as políticas permanentes de integração da segurança pública, visando à difusão da doutrina do Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC.

O SICC¹¹ é um sistema que compreende um conjunto de Centros Integrados de Comando e Controle – CICC e Plataformas de Observação Elevada – POEs, que será utilizado nas ações de segurança para Grandes Eventos a serem sediados pelo Brasil, dotado de equipes de alto desempenho, modelo lógico, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de última geração, capazes de prover uma imagem fiel e em tempo real do panorama global, eventos associados e recursos envolvidos.

Assim, o SICC coordenará, de forma integrada, todas as operações policiais e de prestação de serviços que visem à proteção do cidadão nas cidades-sede, a partir de uma visão privilegiada do aparelho urbano. Câmeras, sensores, rádio comunicação, tecnologias embarcadas em viaturas e helicópteros, além de Centros Integrados e delegacias móveis, oferecerão às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil, ferramentas para uma atuação proativa, baseada em estatísticas e dados precisos. Estes equipamentos proporcionarão o dimensionamento correto e a aplicação necessária da atuação das forças de segurança, diante da possibilidade desses suportes

⁹Anexo II, da Decisão Normativa – TCU nº 127, de 15 de maio de 2013.

¹⁰Revisado em fevereiro de 2013.

¹¹Art. 2º, da Portaria SESGE/MJ nº 112, de 08 de maio de 2013.

tecnológicos de proverem imagem fiel, e em tempo real, do panorama geral e específico das cidades-sede.

O SICC tem como alicerce principal as soluções tecnológicas e de comunicação, seguindo uma doutrina de comando e controle produzida a partir de regulamentos, portarias, regimentos e protocolos táticos. Esse planejamento operacional que foi incorporado ao SICC é produto do trabalho de 12 comissões estaduais nas cidades-sede, que resultou em 780 protocolos definidos com a participação de mais de cinco mil profissionais de segurança pública.

A doutrina de Comando e Controle trata do gerenciamento e da coordenação de operações complexas, sendo o processo de direção conduzido por autoridade legalmente investida, para efetiva utilização dos recursos colocados à disposição, possibilitando o acompanhamento, em tempo real, das ações em curso, nos níveis estratégicos, táticos e operacionais. O conceito de Comando e Controle no contexto da Segurança Pública é inédito no Brasil para integração operacional envolvendo as esferas Federal, Estadual e Municipal.

No nível operacional, cada cidade-sede será dotada de uma Matriz de Ações Operacionais, que visa sistematizar, padronizar e priorizar a sequência de atividades de segurança a serem realizadas nas áreas de interesse operacional e de inteligência policial.

3.1.1. Vinculação do Planejamento Estratégico com o PPA¹²

O programa Segurança Pública com Cidadania engloba a política de Segurança Pública adotada pelo Governo Federal visando à garantia do direito fundamental a serviço de todo cidadão, o que é obrigação constitucional do Estado, compartilhada entre os três níveis de Governo, e sob a responsabilidade de toda a sociedade.

No Programa 2070 - Segurança Pública com Cidadania consta o **Objetivo 0832 – Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos**, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Para a implementação do Plano Nacional para a Segurança Pública para Grandes Eventos, a SESGE tem investido em equipamentos, sistemas e soluções, bem como no treinamento e capacitação para o nivelamento de conhecimento dos profissionais de Segurança Pública que atuarão durante os grandes eventos.

A finalidade do Plano é dotar as diversas instituições e órgãos parceiros, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), a Receita Federal do Brasil (RFB), as Polícias Cíveis e Militares e os Corpos de Bombeiro dos Estados-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, de melhores condições operacionais.

3.1.2. Execução do Plano de Metas e Ações em 2013

A SESGE investiu no ano de 2013 um total de mais de R\$590 milhões. Desses, 312 milhões, aproximadamente 52%, foram empregados na implementação do Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC.

Considerando que todo o esforço da SESGE tem por finalidade a efetiva integração operacional entre os órgãos de Segurança Pública e instituições envolvidas nos grandes eventos, os principais investimentos em 2013 com relação ao SICC incluem: a entrega das 27 (vinte e sete) unidades dos Centros de Comando e Controle Móvel – CICCMS; a entrega de 22 (vinte e duas unidades) unidades da Plataforma de Observação Elevada –POEs; a entrega de 6 (seis) unidades do Sistema de Imageamento Aéreo para utilização na Copa das Confederações em 2013; a

¹²Programa 2070 – Segurança Pública com Cidadania

implementação das Salas-cofre e do Sistema de Vídeo Wall e com as soluções tecnológicas relacionadas, exceto São Paulo, Rio Grande do Sul e Manaus, com previsão de entrega até abril de 2014.

Com a intenção de dotar as corporações de meios para lidar com crimes de forma antecipada, para detectar e reprimir atividades criminosas, foram realizadas aquisições para dotar a inteligência policial de tecnologia, como aqueles utilizados por países da Comunidade Europeia e Estados Unidos da América. Nesta mesma área, a ABIN foi contemplada com a transferência de mais de 10 milhões de orçamento para estruturar as atividades do Centro de Inteligência Nacional e Regionais para auxiliar a segurança pública na obtenção, análise e tramitação de dados e conhecimentos, que apoiarão o planejamento e implementação de medidas para segurança dos grandes eventos esportivos.

Além disso, a compra de equipamentos menos letais oferecerá condições para que o policial possa ter, como primeira resposta, armas dissuasórias de menor potencial ofensivo. Estas aquisições foram destinadas aos Estados-sede da Copa e em favor do DPF totalizando um valor de R\$12.603.254,40, fazendo parte do investimento para Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública para Grandes Eventos.

Em 2013 foram treinados 10.077 servidores (dos órgãos federais e dos Estados-sede da Copa do Mundo), que, ao retornarem para suas instituições, servirão como multiplicadores dos conhecimentos recebidos nas mais variadas áreas do conhecimento de segurança de grandes eventos. Ocorreram capacitações por meio de eventos promovidos por esta Secretaria, bem como destaque de créditos em favor do DPF a fim de capacitar os servidores destes órgãos. O investimento da SESGE em atividades voltadas à capacitação de agentes de segurança pública foi na ordem de 2 milhões.

3.1.3. Adequações nas estruturas de pessoal, tecnológica, imobiliária

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos foi criada em 1º de agosto de 2011. A estruturação de uma secretaria requer recursos diversos, nem sempre disponíveis para o atendimento imediato das necessidades.

No exercício de 2013, o fator que mais impactou negativamente a SESGE no cumprimento das suas atribuições foi a insuficiência de estrutura de pessoal para a execução das atividades governamentais relacionadas aos projetos aprovados pelo Grupo Executivo da Copa do Mundo 2014, pela Matriz de Responsabilidades, pelo Caderno de Atribuições e pelos objetivos previstos no Planejamento Estratégico da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em 2013, a SESGE iniciou o ano com 141 (cento e quarenta e um) profissionais e teve uma curva ascendente no quantitativo de funcionários no primeiro semestre em razão da aproximação dos eventos Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude, respectivamente junho e julho de 2013.

Encerrou o ano com um efetivo de 164 (cento e sessenta e quatro) profissionais, sendo mais de 70% de servidores federais, estaduais e municipais na condição de colaboradores eventuais.

Modalidade	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
DAS	7	7	7	6	6	6	11	11	12	12	12	13
Colaboradores ¹³	94	99	101	99	113	136	119	113	113	114	127	120
Servidores do MJ	11	12	12	12	12	13	14	13	13	10	9	9
Servidores Cedidos	11	11	12	11	10	11	12	8	11	7	6	6
Terceirizados ¹⁴	18	18	18	18	18	19	19	19	19	16	16	16
Total	141	147	150	146	159	185	175	164	168	159	170	164

Tabela 3 – Evolução do efetivo da SESGE em 2013 por mês

¹³Servidores Federais, Servidores Estaduais, Servidores Municipais, Aposentados e Autônomos.

¹⁴Os terceirizados que prestam serviços na SESGE/MJ.

A adequação do quadro de pessoal da SESGE vem sendo superada pela recente publicação de Medida Provisória, em 2014, que cria as funções comissionadas para grandes eventos, pela expectativa de contratação de servidores temporários para a área de Tecnologia da Informação e área de Gestão e pela recente nomeação de servidores do cargo de Analista Técnico Administrativo.

3.1.4. Divulgação interna dos objetivos traçados e resultados obtidos

Internamente, algumas estratégias são utilizadas para dar publicidade aos servidores das ações executadas pela SESGE, bem como ao público em geral, a saber:

- **Informativo TI** – o objetivo é divulgar para todas as áreas da SESGE as informações referentes às aquisições dos bens relacionados à área de tecnologia da informação, bem como proporcionar a catalogação dos equipamentos adquiridos.
- **Site SESGE** – a SESGE desenvolveu um site (<http://sesge.mj.gov.br/>) para manter o cidadão informado sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria. O Site entrou em operação no início do mês de novembro de 2012 e divulga informações a respeito de articulações junto aos Estados-sede, inclusive, as aquisições executadas pela Secretaria que serão posteriormente doadas aos estados que sediarão os grandes eventos, possibilitando aos cidadãos o acompanhamento das ações desenvolvidas pela Secretaria para fins de legado.
- **Transversalização de Projetos** – por meio de reuniões de monitoramento de projetos é possível reunir equipes de diferentes áreas, possibilitando a interação e socialização dos projetos desenvolvidos pela Secretaria. Este procedimento proporciona um aprendizado mútuo entre os vários atores envolvidos nas atividades da Secretaria.
- **Clipping** – a partir do final do ano de 2013 a SESGE passou a enviar por meio digital, via *webmail* institucional, uma seleção de notícias relacionadas às atividades da Secretaria visando manter o público interno atento às notícias relacionadas aos grandes eventos e a SESGE, mesmo que o profissional não tenha atuação direta com tal área. O objetivo maior do *clipping* é manter o profissional informado das atividades que a Secretaria vem desenvolvendo.
- **Facebook e Twitter** – a SESGE reativou suas redes sociais, com o intuito de melhorar sua relação com o público interno e externo, facilitando o acesso do interessado às atividades desenvolvidas e abrindo um novo canal de comunicação pelo qual a sociedade poderá obter informações de interesse.

3.2. Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

O subitem 2.2.1 - Programa Temático, da Portaria TCU nº 175, de 2013, não se aplica à SESGE, tendo em vista que só devem preencher as informações referentes a programa temático, as unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com status de ministério. As demais unidades jurisdicionadas do Poder Executivo que não abrangem a secretaria executiva não devem preencher quadro referente a programa temático.

3.2.1. Objetivo

Quadro 2 – A.2.2.2 – Objetivo

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.					
Código	832	Órgão	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
Programa	Segurança Pública com Cidadania			Código	2070	
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unida de medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos	Vagas	34000	10.077	10.077	29,63%
2	Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções	Centro Integrado Implantado	100%	42%	70%	70%
Fonte: Siop						
METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
3	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos.					
Fonte: Siop						

Análise crítica

O destaque de todas as metas deve ser atribuído ao Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) como Principal Projeto, que engloba os outros subprojetos.

O Sistema Integrado de Comando e Controle – SICCC abrange os Centros Integrados de Comando e Controle – CICC, Nacionais, Regionais e Móveis, e visa à integração entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança pública, concentrando em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada dando uma resposta ao fato com mais rapidez, por meio de protocolos de ação pré-definidos com todos os órgãos envolvidos. A utilização dos CICC é mais focada no evento que está sendo monitorado, repassando as informações aos CICC Regionais e/ou atuando no caso específico.

O SICCC encontra-se em fase de implementação nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Cada cidade possui um CICC (Centro Integrado de Comando e Controle Regional), sendo que Brasília e Rio de Janeiro, além desses, possui um CICC (Centro Integrado de Comando e Controle Nacional), totalizando 14 CICC. O resultado alcançado até 2013 foi de 70% do sistema implementado.

A meta qualitativa tem por objetivo o fortalecimento das instituições de segurança pública, de Defesa Civil e de Corpo de Bombeiros, e envolve aquisições de forma direta pela SESGE com posterior doação aos Estados-sede, e por Termos de Cooperação com a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Departamento da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP, Departamento da Polícia Federal – DPF, Departamento da Polícia Rodoviária Federal – DPRF e da Receita Federal do Brasil – RFB.

Com o aumento da demanda gerada pelos grandes eventos, os órgãos de segurança pública e as instituições envolvidas receberam investimentos para contratações e aquisições de equipamentos, materiais e sistemas para adequar os seus serviços a fim de suportar tal demanda.

Dessa forma, o objetivo tem sido cumprido integralmente pela SESGE.

3.2.2. Ações

3.2.2.1. Ações – OFSS

Quadro 3 – A.2.2.3.1 – Ações - OFSS – 7U23

Identificação da Ação						
Código	7U23		Tipo: Projeto			
Título	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos					
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014					
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.				Código:	0832
Programa	Segurança pública com cidadania		Código:	2070	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça – 30101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
360.190.750,00	360.190.750,00	279.764.635,00	41.210.427,00	40.186.075,00	1.685,94	238.554.207,44
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implementado		% de execução	82%	70%	70%	

Fonte: Siop

Identificação da Ação						
Código	14WH		Tipo: Extraordinária			
Título	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos					
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014					
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.				Código:	0832
Programa	Segurança pública com cidadania		Código:	2070	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça – 30101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
152.937.833,00	121.204.159,00	120.542.499,72	83.719.228,05	83.719.228,05	1.113.841,13	35.709.430,54

Fonte: Siop

Identificação da Ação						
Código	14LG		Tipo: Projeto			
Título	Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos					
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014					
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.				Código:	0832
Programa	Segurança pública com cidadania		Código:	2070	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça – 30101					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.000.000,00	32.000.000,00	18.487.088,64	-	-	-	18.487.088,64
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
270.217.248,00	197.902.993,00	-	Sistema integrado (sistemas de inteligência, de gestão da informação e de telecomunicações) para os Grandes Eventos.		% de execução	1 ¹⁵

Fonte: Siop

¹⁵ A unidade informada equivale a 100% de realização da meta física.

Identificação da Ação							
Código	14VN			Tipo: Projeto			
Título	Apoio à realização de grandes eventos						
Iniciativa	-						
Objetivo	-					Código:	-
Programa	Gestão e manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código:	2125	Tipo:	
Unidade Orçamentária	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - 47101						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
211.123.428,00	191.312.815,76	179.247.148,68	43.551.807,14	43.551.807,14	-	135.695.341,54	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Iniciativa apoiada		Unidade	3,00	

Fonte: Siop

Análise crítica

A execução foi distribuída nas quatro ações orçamentárias anteriormente destacadas, e também tematicamente dividida em dois grupos:

- Cumprimento da Matriz de Responsabilidades do Governo Federal; e
- Custeio de Operações dos eventos de 2013: Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Final Draw – sorteio Copa 2014.

O orçamento disponibilizado para Matriz se deu na ordem de 560 milhões e sua execução foi de 92% deste, alocada nas quatro ações: 7U23, 14VN, 14WH e 14LG.

Para custeio das operações foi disponibilizado o valor aproximado de R\$ 145 milhões, e a execução foi um pouco acima de R\$ 80 milhões. Sua execução foi distribuída em três ações: 7U23, 14WH e 14VN.

É importante ressaltar que esses quadros contêm empenhos, liquidações e pagamentos oriundos dos recursos orçamentários da SESGE, porém executados por outras Unidades Gestoras em decorrência de Termo de Execução Descentralizada.

3.2.2.2. Ações/subtítulo – OFSS

As informações constantes do Quadro 2.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS somente devem ser elaboradas nos casos em que a UJ seja responsável apenas por um ou mais subtítulos da ação. Desta forma, os quadros do item anterior já atenderam este item.

3.2.2.3. Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a pagar não processados – OFSS

Quadro 7 – A.2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar - OFSS – 14LH

Identificação da Ação					
Código	14LH			Tipo:	Projeto
Título	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública para Grandes Eventos				
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014				
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos			Código:	0832
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código:	2070	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça - 30101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
150.583.238,93	106.476.807,62	2.946.360,97	-	-	-

Fonte: SIAFI

Quadro 8 – A.2.2.3.3 – Ações não previstas na LOA 2013 – restos a pagar - OFSS – 14LI

Identificação da Ação					
Código	14LI			Tipo:	Projeto
Título	Ações Preventivas Associadas à Segurança Pública para Grandes Eventos				
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014				
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos			Código:	0832
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código:	2070	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça - 30101				
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
15.598.081,91	15.396.606,73	187.889,68	-	-	-

Fonte: SIAFI

Identificação da Ação					
Código	14LJ			Tipo:	Projeto
Título	Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e Corpos de Bombeiros para Grandes Eventos				
Iniciativa	Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014				
Objetivo	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos			Código:	0832
Programa	Segurança Pública com Cidadania	Código:	2070	Tipo:	Temático
Unidade Orçamentária	Ministério da Justiça - 30101				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.697.136,00	1.697.136,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise crítica

No ano de 2012, o orçamento da SESGE era composto por quatro ações orçamentárias: 14LG, 14LH, 14LI e 14LJ, a fim de implementar todos os projetos da Matriz de Responsabilidades.

Por orientação do Ministério do Planejamento e Orçamento e Gestão – MPOG, com o objetivo de facilitar a gestão orçamentária de cada unidade, as ações 14LH, 14LI e 14 LJ foram extintas no orçamento do exercício de 2013 e seus objetivos, metas e produtos específicos foram condensados em uma única ação: 7U23 – Implementação do Plano Nacional de Segurança Pública para a Realização dos Grandes Eventos. Esta ação é dividida em Planos Orçamentários específicos para facilitar o controle da execução dos projetos da SESGE.

Por esta razão, não há informação, nos quadros acima, quanto à execução física para as ações 14LH, 14LI e 14 LJ.

A execução de Restos a pagar das ações que não estão previstas na LOA 2013 foi em média de 90%.

A parcela inscrita e não liquidada da ação 14LH referem-se à entrega das Plataformas de Observação Elevada, equipamentos Antibombas e Centro Integrado de Comando e Controle Móvel, dentro dos prazos contratuais e incluídas as devidas prorrogações para entrega dos objetos.

3.2.2.4. Ações – Orçamento de Investimento – OI

Não se aplica, tendo em vista que a SESGE não é responsável por ações do orçamento de investimento.

3.3. Informações sobre outros resultados da gestão

Em 2013, o Brasil sediou importantes grandes eventos, os quais permitiram à SESGE, no âmbito de suas competências, atuar de forma estratégica na coordenação e na execução das ações de segurança pública, bem como na promoção de integração das instituições policiais e não policiais envolvidas na segurança de grandes eventos.

3.3.1. Copa das Confederações FIFA Brasil 2013

O Brasil vem se preparando, nos últimos anos, para desempenhar com qualidade a segurança dos grandes eventos, tendo se credenciado e superado com êxito o primeiro grande desafio ao realizar a Copa das Confederações FIFA 2013, que contou com o segundo maior público de sua história: um total de 796.054 torcedores durante os 16 jogos da competição, o que registra uma média aproximada de 50.000 torcedores por partida.

Durante a Copa das Confederações, realizada em seis Estados-sede¹⁶, mais de 54.000 agentes federais, estaduais e municipais de segurança¹⁷ se envolveram nas atividades previstas na Matriz de Ações Operacionais, coordenada por esta Secretaria.

A SESGE/MJ, através de sua Diretoria de Inteligência (DINT), durante os jogos de inauguração das arenas de Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e de Salvador, e na Copa das Confederações FIFA 2013, coordenou, em tempo real, o processo de Avaliação de Risco, em parceria com os oficiais de inteligência da ABIN/PR e os agentes de inteligência da área de Segurança Pública das seis cidades-sede, implantando o conceito de *spotters*, que são os agentes de segurança descaracterizados atuando no interior de cada estádio.

O trabalho de coordenação das atividades nas Áreas de Interesse Operacional – AIOs¹⁸, executado pela SESGE/MJ, por intermédio de profissionais da Diretoria de Operações (DIOP), obteve alguns resultados que merecem destaque para o desenvolvimento seguro e pacífico do evento:

- Nenhum atraso registrado no início dos jogos;
- Nenhuma morte registrada nas áreas de interesse operacional – AIOs, relacionada ao evento;
- Integração de várias áreas da segurança pública dentro da esfera governamental e em níveis federal, estadual e municipal;
- Nenhum atraso nas escoltas de delegações nos dias de jogos, de um total de 764 escoltas¹⁹ durante a Copa das Confederações;
- Contenção dos manifestantes violentos em distância segura para a mobilidade dos torcedores em dia de jogos, bem como a garantia das manifestações legítimas da sociedade.

Nem o pior dos cenários projetado para manifestações violentas poderiam indicar como seria a onda de vandalismo que assolou o Brasil no período dos jogos. Para o tratamento dessas situações, a SESGE/MJ previu, em seu planejamento, a aquisição de materiais e equipamentos para uso em distúrbios civis, o que possibilitou o rápido controle dessas manifestações nas cidades-sede. Todavia, mesmo com esse planejamento, em razão da grande quantidade de manifestantes – 875 mil nas seis cidades-sede, e cerca de 1,4 milhão em todas as cidades-sede da Copa do Mundo, houve a

¹⁶Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro.

¹⁷Fonte: DIOP/SESGE/MJ – dados obtidos junto aos órgãos de segurança pública.

¹⁸As AIOs são aeroportos, hotéis, centros de treinamentos, estádios, mobilidade urbana, rotas protocolares, estações de transporte público e segurança/escolta de autoridades/delegações.

¹⁹Fonte: DIOP/SESGE/MJ – matriz de monitoramento de atividades e incidentes de segurança.

necessidade de uma compra em caráter emergencial. Essa aquisição deu-se em razão da necessidade do uso de materiais de menor potencial ofensivo pelas polícias militares, ter superado o planejado, reduzindo os estoques das unidades operacionais a níveis críticos.

No âmbito operacional, a Copa das Confederações se consubstanciou em ~~foi~~ uma grande oportunidade para testar, ainda que de forma parcial, os equipamentos adquiridos e já implantados. Neste ponto, é importante salientar que as entregas das aquisições realizaram-se estritamente dentro do prazo definido por esta Secretaria, tendo em vista que o planejamento levou em consideração a operabilidade integral do sistema para a Copa do Mundo 2014.

Assim, embora os equipamentos do Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, (Centros Integrados de Comando e Controle, Plataformas de Observação Elevada, Imageadores Aéreos²⁰) ainda não estivessem totalmente operantes, em razão de ajustes nas entregas, já foi possível a utilização de muitas dessas soluções durante a Copa das Confederações. Por exemplo, as cidades-sede utilizaram o processo de integração das imagens geradas pelos equipamentos POEs e Imageador Aéreo, as quais foram transmitidas para os Centros Integrados de Comando e Controle Regionais – CICCRRs e, em alguns casos, para o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional – CICCNC, sediado em Brasília.

A partir dessas imagens, que chegavam em tempo real para os Centros Integrados de Comando e Controle, foi possível, durante os eventos, otimizar o emprego de recursos humanos e materiais, o que contribuiu para que a tomada de decisões fosse mais ágil e segura.

Ademais, esses testes possibilitaram a correção de distorções, bem como a qualificação dos processos de planejamento, implementação e execução da operação, especialmente das atividades de segurança relacionadas às vistorias, escoltas e controles de acesso. Assim, a DIOP/SESGE buscou apontar as causas e sugerir ações corretivas para promover os ajustes necessários aos futuros eventos.

Com relação à integração das forças policiais, observou-se o envolvimento de agentes públicos dos órgãos federais, estaduais e municipais de Segurança Pública e de Defesa Civil, bem como outras entidades relacionadas na construção dos protocolos e ações de segurança dos Estados-sede, conforme Portaria SESGE/MJ 049/2012²¹.

Durante a Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, ficaram à disposição dos Estados-sede 14.909 protocolos e 55.361 ações²² de segurança, para consulta e adaptações. Estes mesmos protocolos e ações de segurança estarão à disposição para a Copa do Mundo 2014, porém já interligados a sistemas que desencadearão ações corretivas e/ou preventivas para eventual incidente.

Assim, tanto na Copa das Confederações 2013 como na Jornada Mundial da Juventude, foi possível testar, de forma embrionária, o funcionamento do SICC, por meio da integração das câmeras existentes nas capitais, das POEs, dos CICCRRs, dos CICCRRs, do CICCNC e CICCNC, bem como dos Imageadores Aéreos instalados nas aeronaves das Forças de Segurança nos Estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal.

Do mesmo modo, foi possível colocar em funcionamento os protocolos táticos e operacionais monitorados dentro dos CICCRRs, o que facilitou a tomada de decisões estratégicas, se consubstanciando em uma ação fundamental no planejamento das atividades de policiamento ostensivo ou não, no período da competição. Com a transmissão de dados, imagens e voz, foi possível atuar de forma mais efetiva frente às múltiplas manifestações e desordens que ocorreram durante a Copa das Confederações. Com a atuação eficiente das forças de segurança pública na contenção das manifestações foi possível garantir efetivamente a segurança de autoridades, atletas, arbitragem e torcedores/turistas, inclusive o acesso de cerca de 800 mil pessoas às arenas,

²⁰Portaria SESGE/MJ 112, de 08 de maio de 2013, publicada no D.O.U. de 13/05/2013, art. 2º.

²¹Portaria SESGE/MJ 049, de 3 de maio de 2012. Aprova o Regimento Interno das Comissões Estaduais/Distrital de Segurança Pública e Defesa Civil para Grandes Eventos.

²²Fonte: Sistema Gênesis/DIOP/SESGE/MJ.

garantindo à organização do evento a manutenção do calendário dos jogos e o fiel cumprimento dos horários planejados.

Nos CICCJs são destinados assentos à Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, SAMU, Trânsito Municipal, Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Departamento de Polícia Federal, Ministério da Defesa, Força Nacional de Segurança Pública, entre outras instituições²³, facilitando a integração e a coordenação das atividades de interesse que impactam da realização dos grandes eventos.



Figura 2²⁴ – CICCJ da Bahia composto por várias instituições dividindo o mesmo espaço e compartilhando informações.



Figura 3²⁵ – CICCJ em Minas Gerais em funcionamento e com representação de várias instituições da segurança pública.

Em Fortaleza, as imagens captadas pelo CICC-Móvel e acompanhadas pela aeronave dotada com o Sistema de Imageamento Aéreo foram transmitidas, em tempo real, para o CICCJ e CICCJN, as quais foram fundamentais para o planejamento e operação das equipes da Polícia Militar nas manifestações ocorridas na capital cearense.



Figura 4²⁶ – CICCJs-Móveis entregues na fábrica. Foram usados durante a Copa das Confederações e JMJ.



Figura 5²⁷ – Sistema de Imageamento Aéreo.

A integração dos profissionais dos órgãos de segurança durante o evento foi bastante positiva e salutar. Cumpre ressaltar que, em todos os Estados-sede, foram implementadas Centrais de Escolta e Batedores - CEB, que ofereceram a segurança necessária aos deslocamentos oficiais das delegações, árbitros, família FIFA e autoridades, de forma coordenada e integrada.

Para lidar com crimes envolvendo artefatos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos, o MJ adquiriu kits antibombas, os quais permitem a detecção e a resposta a tais situações. Os agentes policiais selecionados para capacitação estiveram reunidos em Brasília, com os profissionais que atuam em esquadrões antibombas. Esta integração motivou os profissionais, que criaram fóruns de discussão de metodologias, técnicas e difusão de *modus operandis*, facilitando a disseminação do conhecimento na área de antibomba.

²³ Art. 15, da Portaria SESGE/MJ 112, de 08 de maio de 2013, publicada no DOU de 13 de maio de 2013.

²⁴ Foto: Elói Corrêa/GOVBA. Disponível em <http://www.flickr.com/photos/agecombahia/9096733008/>. Acessado em 16 de dezembro de 2013.

²⁵ Foto: Agência Minas. Disponível em <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticias/atuacao-do-centro-integrado-de-comando-e-controle-na-copa-das-confederacoes-e-aprovada/>. Acessado em 16 de dezembro de 2013.

²⁶ Foto: CGTI/DIALOG/SESSE.

²⁷ Foto: CGTI/DIALOG/SESSE.



Figura 6²⁸ – Escolta utilizada na Bahia.



Figura 7²⁹ – Ação da Escolta e Batedores.

Diante disso, os equipamentos antibombas foram muito utilizados nas varreduras dos estádios, hotéis, ônibus de delegações, Centros Oficiais de Treinamentos - COTs, entre outros. Mesmo após a Copa das Confederações, estes materiais continuam sendo utilizados e mantidos pelas corporações, para aplicação na Copa do Mundo FIFA 2014.



Figura 8³⁰ – Robô antibomba sendo apresentado na cerimônia de entrega do CICCEN – Brasília.



Figura 9³¹ – Robô antibomba, escudo balístico e traje antibomba doados pela SESGE/MJ sendo utilizados em treinamento de policiais militares.

A distribuição da força de segurança pública, utilizada para a execução operacional das atividades previstas nas Matrizes de Ações Operacionais, nas seis cidades-sede, e nas operações de fronteiras, foi de quase 55.000 servidores, sendo 6.054 de órgãos federais, 40.983 de órgãos estaduais e 7.787 de municipais.

Em alguns Estados, a Força Nacional de Segurança Pública participou em escoltas das delegações e patrocinadores da FIFA, contenção de apoio junto às arenas, entre outras atividades. Foram utilizados aproximadamente 600 profissionais da Força Nacional e 275 viaturas nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro e Salvador, durante a Copa das Confederações.

Considerando que a segurança é um bem público e que o Poder Público deve prestá-la baseada nos princípios da proporcionalidade, da discricionariedade e do respeito aos direitos humanos, a SESGE realizou a compra de equipamentos menos letais, visando a oferecer condições para que o policial possa optar, como primeira resposta, por armas dissuasórias, de menor potencial ofensivo.

Decorrente dos atos violentos e agressivos protagonizados pelos chamados *blackblocs/flashmobs* foi realizada a contenção com uso de equipamentos e instrumentos de menor potencial ofensivo, fundamental para que não ocorresse nenhuma vítima fatal nos confrontos com

²⁸Foto: Adenilson Nunes/GOVBA. Disponível em <http://www.ibahia.com/detalhe/noticia/simulacoes-colocam-em-pratica-esquema-de-seguranca-para-a-copa-das-confederacoes/?cHash=659d7179a2eb9b02e5d611859463b2>. Acessado em 18 de dezembro de 2013.

²⁹Foto: Oswaldo Afonso/Governo MG/Divulgação. Disponível em <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/agentes-de-seguranca-simulam-escolta-de-selecoes-e-autoridades-em-belo-horizonte>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

³⁰Foto: Ministério da Justiça.

³¹Foto: Isaac Amorim/ACS/MJ. Disponível em <http://www.flickr.com/photos/justicagovbr/9211816728/in/set-72157634459714335>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

as forças de Segurança Pública. Máscaras contra gases, armas de impulso elétrico, granadas de efeito moral e espargidores de pimenta foram equipamentos que propiciaram às tropas de choque das polícias militares a garantia da segurança dos jogos.



Figura 10³² – Atuação da Força Nacional em distúrbio civil no Rio de Janeiro.



Figura 11³³ – Kit de desencarceramento utilizado na Copa das Confederações – Recife-PE.

Para adequar os equipamentos dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados-sede, foram adquiridos modernos desencarceradores de grande impacto e almofadas pneumáticas, para retirada de pessoas e de veículos envolvidos em acidentes, ou em estruturas colapsadas, diminuindo o tempo de resposta e aumentando as chances de vida do acidentado.

A título de exemplificação, dias antes do início dos jogos da Copa das Confederações, já no período de preparação, após um acidente automobilístico, uma criança foi salva e retirada das ferragens com a utilização desses desencarceradores, na cidade de Salvador.



Figura 12³⁴ – Almofada pneumática sendo apresentada na cerimônia de entrega do CICCEN – Brasília.



Figura 13³⁵ – Curso Consulta de Resposta a Incidente com Atirador Ativo, com participação de policiais militares, civis e federais dos Estados-sede. Curso em inglês com tradução simultânea.

3.3.2. Jornada Mundial da Juventude de 2013

Realizada no período de 22 a 28 de julho de 2013, a Jornada Mundial da Juventude – JMJ apresentou melhorias operacionais e de integração quando comparadas com a Copa das Confederações, apesar do curto intervalo de tempo entre os dois grandes eventos.

O total de peregrinos que acompanharam a JMJ foi de aproximadamente 3,7 milhões de pessoas, sendo a segunda maior reunião de jovens da história do evento, desde 1984, quando se iniciou a Jornada. Embora a JMJ tivesse uma característica pacífica, em razão do sentimento religioso, o grande número de pessoas e o desejo de se aproximar do Papa Francisco, poderiam trazer perigo aos participantes e ao próprio Pontífice. Não obstante, a visibilidade do evento

³²Foto: Tomaz Silva/ABr. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/manifestantes-voltam-ao-entorno-do-maracana>. Acessado em 14 de janeiro de 2014.

³³Foto: Equipe PAA-PE/SESGE.

³⁴Foto: Ministério da Justiça.

³⁵Foto: DIPRO/SESGE.

também poderia despertar em certos grupos radicais a possibilidade de garantir notoriedade a suas causas.

A JMJ, em virtude de sua realização apenas na cidade do Rio de Janeiro, permitiu à SESGE/MJ concentrar um maior efetivo de seu pessoal nos testes, monitorar as ações de segurança do evento, bem como otimizar a utilização dos equipamentos do sistema já implantados.

Outro sistema testado foi o de rastreamento veicular, o que possibilitou o acompanhamento da Autoridade Papal em todo o seu percurso do mapa plotado no CICCRR, além do monitoramento da operação em tempo real através das câmeras do CICCRR e do Imageador Aéreo. No *videowall*, a plotagem de pontos de interesse, de rotas primárias, alternativas e de emergência. Ademais, a exibição da movimentação dos peregrinos e manifestantes permitiu a antecipação e a resolução de problemas, uma vez que possibilitou às agências movimentarem seus recursos humanos e materiais, devidamente georreferenciados, evitando a sobreposição ou o subdimensionamento dos mesmos, uma vez que todas as agências tinham conhecimento do que a outra estava executando.

O monitoramento das manifestações no *videowall* permitiu uma visão realista dos fatos, através das câmeras externas, assim como a utilização do Imageador Aéreo no percurso dos deslocamentos do Papa se mostrou uma ferramenta fundamental para a segurança da comitiva.

3.3.3. Sorteio da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014

O evento contou com várias autoridades e celebridades do futebol mundial, sendo mais uma oportunidade das forças de segurança operacionalizarem a segurança nos grandes eventos. Áreas de interesse operacional, como estádios, centros de treinamento, *fanfests*, locais de exibição, portos, rede hoteleira, fronteiras, aeroportos, pontos turísticos, estradas e escolta de delegações foram novamente testadas.

Sob a coordenação da SESGE/MJ, aproximadamente 2.200 agentes (policiais militares, federais, civis, rodoviários federais e bombeiros militares) atuaram na segurança do evento *Final Draw* – cerimônia do sorteio dos grupos da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, realizado em 6 de dezembro de 2013, na Costa do Sauípe, litoral norte do Estado da Bahia.

Com a utilização de dois veículos CICCRR, uma POE, um Imageador Aéreo e equipamentos de inteligência, além do CICCRR/BA e do CICCRRN, o evento ocorreu sem nenhuma intercorrência. Naquela ocasião, foi realizada a segurança de autoridades, atletas, membros da imprensa e convidados VIPs, totalizando cerca de 4.000 pessoas.

O sucesso da segurança do *Final Draw* foi resultado do planejamento integrado coordenado pela SESGE/MJ, com a participação das forças de Segurança Pública e do Comitê Organizador Local – COL FIFA.

Com o uso dos equipamentos móveis adquiridos pela SESGE/MJ foi possível o envio de imagens e dados ao CICCRR/BA e ao CICCRRN, em Brasília, o qual contou com representantes da Segurança Pública, de diversos órgãos.

PARTE A – Item 3³⁶

4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

4.1. Estrutura de governança

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos tem na sua estrutura a Assessoria de Acompanhamento e Avaliação – AAA, vinculada diretamente ao Secretário da SESGE, à qual compete³⁷:

I - assessorar o Secretário nos assuntos relativos ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, ressalvadas as competências do Assessor Especial de Controle Interno;

II - manter-se atualizado em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal correspondente ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, transmitindo-as e orientando os dirigentes da Secretaria quanto a seu cumprimento, ressalvadas as competências do Assessor Especial de Controle Interno;

III - orientar os dirigentes da Secretaria em relação às normas e diretrizes da Administração Pública Federal correspondente ao Sistema de Controle Interno e ao Sistema de Controle Externo, ressalvadas as competências do Assessor Especial de Controle Interno;

IV - acompanhar o atendimento das determinações da Secretaria Federal de Controle Interno - SFC e do Tribunal de Contas da União - TCU por parte das unidades da Secretaria, assessorando-as, inclusive quanto ao cumprimento de prazos, ressalvadas as competências do Assessor Especial de Controle Interno;

V - atuar de forma preventiva junto aos dirigentes, com o objetivo de evitar impropriedades na execução dos recursos orçamentários e financeiros destinados à Secretaria; e

VI - desempenhar outras atribuições de assessoramento que lhe forem determinadas pelo Secretário.

Além dessas atribuições, compete a esta Assessoria, para os casos de contratos, convênios e termos de execução descentralizada que forem firmados pela SESGE, no âmbito de sua competência, antes do encaminhamento para análise da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça – CONJUR/MJ, se manifestar quanto aos aspectos de adequação técnico-formal, de controle preventivo, orçamentário, financeiro, bem como relacionados à uniformização dos procedimentos, conforme art. 1º, § único, da Portaria MJ 2.499/2011.

Em 2013, a AAA contou com um efetivo de apenas quatro servidores. Nesse exercício foram elaboradas, dentre outros documentos, 31 Notas Técnicas e 62 Despachos versando sobre análises de minutas de Termos de Cooperação para Descentralização de Crédito, Convênios, Editais de Pregão, Contratos, e Termos de Referência, todos de interesse da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria da Receita Federal e Secretaria de Segurança Pública dos Estados. Também foram produzidas respostas às consultas formuladas pelas unidades administrativas da SESGE sobre os mais diversos temas relacionados às suas atividades regimentais.

As principais constatações verificadas durante 2013 referem-se, principalmente, às adequações das minutas dos Planos de Trabalho aos normativos vigentes.

As recomendações formuladas pela Assessoria de Acompanhamento e Avaliação foram implementadas de imediato pelas unidades administrativas das Diretorias da SESGE, visto o interesse dos seus dirigentes em atender os preceitos legais vigentes sob quaisquer matérias tratadas no âmbito da Secretaria.

Foi estabelecida internamente uma metodologia para promover o acompanhamento das recomendações do TCU, CGU e da própria Assessoria de Acompanhamento e Avaliação levando-

³⁶ Anexo II, da Decisão Normativa TCU nº 127, de 15 de maio de 2013.

³⁷ Regimento Interno da SESGE, aprovado pela Portaria MJ 2.164 de 2011.

se em consideração, principalmente, o prazo de atendimento e verificação das ações realizadas pelas diversas áreas.

4.2. Avaliação do funcionamento dos controles internos

Quadro 10 – A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Análise Crítica

A SESGE/MJ conta com uma Assessoria de Acompanhamento e Avaliação para avaliar os procedimentos em tempo de planejamento e de execução. As atividades de monitoramento realizadas por esta Assessoria auxiliam e facilitam a atuação dos órgãos de controle interno e externo, na medida em que exige e acompanha o cumprimento das determinações e recomendações feitas pela CGU e pelo TCU. Também tem papel fundamental de orientação e consultoria da Alta Administração na condução dos processos de aquisição e no planejamento ordinário da SESGE/MJ. Os diversos sistemas governamentais (SIAFI, SIASG, SIORG, SICONV, SCDP) utilizados pelo órgão e o sistema GEPnet³⁸ complementam e contribuem para a efetiva e eficaz aplicação dos recursos públicos para cumprimento das atribuições finalísticas da Secretaria.

³⁸Sistema Gestor de Escritório de Projetos é uma solução corporativa desenvolvida para gerir os escritórios de projetos no âmbito do Ministério da Justiça. O GEPnet é uma ferramenta desenvolvida pela Polícia Federal e incorporada ao MJ para a gestão de seus projetos.

4.3. Sistema de correição

Não se aplica, pois a SESGE/MJ não possui Sistema de Correição próprio.

4.4. Cumprimento pela instância de correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A SESGE/MJ não possui Sistema de Correição próprio.

4.5. Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Os indicadores utilizados são os previstos nas metas que compõem o objetivo 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, do PPA.

O GEPnet (<http://gepnet.mj.gov.br>) é o sistema utilizado para monitorar e avaliar o atendimento das metas para o ano de 2013. Além disso, cada diretoria possui monitoramento de suas atividades e do cumprimento de suas metas.

No monitoramento são observadas as evoluções das atividades planejadas pela equipe dentro do cronograma estabelecido em cada projeto, o que pode ser considerado como indicador do atendimento do objetivo. Ainda, internamente, em razão das aquisições e capacitações que estão ocorrendo para munir as instituições envolvidas em segurança para grandes eventos, a SESEGE usa como indicadores a unidade de bens adquiridos e implantados e o número de agentes capacitados para medir o atendimento de suas metas/objetivos.

PARTE A – Item 4³⁹**5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA****5.1. Execução das despesas****5.1.1. Programação de despesas⁴⁰**

Quadro 11 – A.4.1.1 – Programação de despesas

Unidade Orçamentária:		Código UO:30101			UGO:20248
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Despesas Correntes	Outras
DOTAÇÃO INICIAL		-	-	-	898.622,27
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)		-	-	-	116.149.636,00
Dotação final 2012(B)		-	-	-	96.651.105,44
Variação (A/B-1)*100		-	-	-	20,17
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		3.023.285,23	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	-	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	1.266.504,24	-	-
Créditos Cancelados		-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)		428.978.947,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		383.722.182,61	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		11,79	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise crítica

Do quadro de programação da despesa identifica-se acréscimo na programação de despesas correntes e de capital em relação ao exercício anterior e também que a dotação inicial foi adicionada por créditos extraordinários (Medida Provisória 598, de 27/12/2012, reaberta pela Portaria SOF nº 24, de 22/2/2013), visto que seriam insuficientes os créditos consignados na LOA para cumprimento da Matriz de Responsabilidades e para o custeio das despesas com as operações para atuação na segurança da Copa da Confederações e Jornada Mundial da Juventude.

³⁹ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.⁴⁰ Informações prestadas pela Coordenação-geral de Orçamento e Finanças do Ministério da Justiça.

5.1.2. Movimentação de créditos interna e externa

5.1.2.1. Movimentação orçamentária interna

Quadro 12 – A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	200143	200248	301011442220202017	-	-	2.944,13
Recebidos	200400	200248	301011442220202000	-	-	5.338,60
Recebidos	200143	200248	30101 1442220202017	-	-	18.646,82
Recebidos	200237	200248	301011442220208000	-	-	1.212,67
Recebidos	200001	200248	301010612221122000	-	-	8.792,64
Recebidos	200424	200248	301010612221122000	-	-	149.512,91
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	-	-	-	-	-	-
Recebidos	-	-	-	-	-	-
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200248	200005	301010612221122000	-	-	121.393,56
Concedidos	200248	200005	301010618320707U23	-	-	209.265,89
Concedidos	200248	200005	3010106183207014WH	-	-	1.680.781,51
Recebidos	200005	200248	671011442220346000	-	-	8.661,80
Recebidos	220425	200248	3091106181207020IC	-	-	6.351,28
Recebidos	200323	200248	3090714421207020WS	-	-	22.938,14
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200248	200005	4710104121212514VN	12.107.987,76	-	-
Recebidos	200248	200005	3010106183207014WH	21.636.940,00	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

A movimentação interna de maior destaque foi a dotação transferida por meio de Termos de Cooperação para Descentralização de Crédito para Força Nacional de Segurança Pública, também integrante do Ministério da Justiça, que realizou aquisições de fardas, viaturas e ônibus para transporte de tropa para apoiar a segurança pública nos Grandes Eventos realizados em 2013: Copa das Confederações FIFA 2013 e Jornada Mundial da Juventude.

5.1.2.2. Movimentação orçamentária externa

Quadro 13 – A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200248	110120	4710104121212514VN	-	-	4.330.301,86
Concedidos	200248	170009	301010618320707U23	-	-	11.040,00
Concedidos	200248	200109	4710104121212514VN	-	-	16.393.731,52
Concedidos	200248	200109	301010618320707U23	-	-	18.449.403,23
Concedidos	200248	200242	4710104121212514VN	-	-	14.737.310,68
Concedidos	200248	200336	3010106183207014WH	-	-	7.344.160,10
Concedidos	200248	200336	301010618320707U23	-	-	25.751.994,22
Concedidos	200248	240101	301010612221122000	-	-	122.131,75
Concedidos	200248	240129	4710104121212514VN	-	-	750.000,00
Concedidos	200248	772011	301010618320707U23	-	-	31.920,00
Recebidos	110618	200248	671011442220346000	-	-	6.981,09
Recebidos	201002	200248	4710104121212514VN	-	-	63.408.339,89
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200248	110120	4710104121212514VN	6.299.247,65	-	-
Concedidos	200248	170010	4710104121212514VN	39.000.000,00	-	-
Concedidos	200248	200109	4710104121212514VN0101	15.074.400,00	-	-
Concedidos	200248	200109	3010106183207014WH	15.096.950,00	-	-
Concedidos	200248	200109	301010618320707U23	14.998.032,38	-	-
Concedidos	200248	200336	4710104121212514VN	11.155.814,43	-	-
Concedidos	200248	200336	3010106183207014WH	1.883.362,58	-	-
Concedidos	200248	200336	301010618320707U23	9.338.416,90	-	-
Recebidos	201002	200248	4710104121212514VN	119.237.573,91	-	-

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Para a implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, que tem por finalidade dotar as diversas instituições parceiras, foram firmados Termos Cooperação para Descentralização de Crédito para apoiar a Agência Brasileira de Inteligência, a Força Nacional de Segurança Pública, o Departamento da Polícia Federal, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal, a Receita Federal do Brasil. A SESGE investiu em equipamentos, sistemas e soluções, bem como no treinamento e capacitação para o nivelamento de conhecimento dos profissionais de segurança pública que atuarão durante os grandes eventos.

Grande parte da descentralização externa recebida do MPOG, por meio dos Termos Cooperação para Descentralização de Crédito nº 11/2013 e nº 14/2014, nos valores de R\$ 138.623.000,00 e R\$ 72.500.428,00, respectivamente, foram transferências para restabelecer o orçamento da SESGE/MJ para viabilizar as aquisições previstas na Matriz de Responsabilidade da Copa 2014. A celebração dos instrumentos foi resultado do Aviso Ministerial nº 166, de 29/01/2013, do Ministério da Justiça, informando da insuficiência do orçamento disponibilizado à SESGE para cumprir as obrigações assumidas e consignadas na Matriz de Responsabilidades de Segurança Pública.

5.1.3. Realização da despesa

5.1.3.1. Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários– total

O quadro A.4.1.3.1 – Despesas por modalidade de contratação – créditos originários – total não se aplica a esta UJ e será apresentado no RG 2013 da Secretaria Executiva do MJ.

5.1.3.2. Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ

Quadro 14 – A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – valores executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO:30101		UGO:200248	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	17.456.185,10	979.396,05	17.456.185,10	979.396,05	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	-	-	-	-	
d) Pregão	17.456.185,10	979.396,05	17.456.185,10	979.396,05	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	22.667.397,95	7.112.059,07	22.667.397,95	7.112.059,07	
h) Dispensa	61.235,74	15.272,23	61.235,74	15.272,23	
i) Inexigibilidade	22.606.162,21	7.096.786,84	22.606.162,21	7.096.786,84	
3. Regime de Execução Especial	11.399,32	5.954,96	11.399,32	5.954,96	
j) Suprimento de Fundos	11.399,32	5.954,96	11.399,32	5.954,96	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	9.894.651,52	3.838.028,73	9.894.651,52	3.838.028,73	
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-	
l) Diárias	9.894.651,52	3.838.028,73	9.894.651,52	3.838.028,73	
5. Outros	203.365,91	15.298,97	203.365,91	15.298,97	
6. Total (1+2+3+4+5)	50.232.999,80	11.950.737,78	50.232.999,80	11.950.737,78	

Fonte: SIAFI

5.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

O quadro A.4.1.3.3 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total não se aplica a esta UJ e será apresentado no RG 2013 da Secretaria Executiva do MJ.

5.1.3.4. Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ

Quadro 15 – A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – valores executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:		Código UO: 30101				UGO:200248			
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	
3. Outras Despesas Correntes	39.977.423,68	31.371.732,56	13.097.194,21	7.078.924,27	26.880.229,59	24.292.808,29	13.097.193,21	7.078.924,27	
339039	26.079.863,29	-	560.871,13	-	25.518.992,16	-	560.871,13	-	
339036	7.804.607,90	-	7.794.868,70	-	9.739,20	-	7.794.868,70	-	
333041	-	14.736.382,15	-	-	-	14.736.382,15	-	-	
339030	709.682,75	6.691.350,41	191.565,64	70.389,00	518.117,11	6.620.961,41	191.564,64	70.389,00	
339035	-	9.944.000,00	-	7.008.535,27	-	2.935.464,73	-	7.008.535,27	
Demais elementos do grupo	5.383.269,74	-	4.549.888,74	-	833.381,12	-	4.549.888,74	-	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos	274.675.580,95	404.377.264,26	37.135.805,59	7.039,99	237.539.775,36	404.370.170,27	37.135.805,59	7.098,99	
449052	166.952.665,58	286.735.544,26	9.812.286,79	7.039,99	157.140.378,79	286.728.450,27	9.812.286,79	7.098,99	
449051	64.295.921,40	96.356.000,00	23.993.582,80	-	40.302.338,60	96.356.000,00	23.993.582,80	-	
449039	43.426.993,97	21.285.720,00	3.329.936,00	-	40.097.057,97	21.285.720,00	3.329.936,00	-	
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI

5.1.3.5. Despesas totais por modalidade de contratação – crédito de movimentação

Quadro 16 – A.4.1.3.5 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação

Modalidade de Contratação (Valores em R\$ 1,00)	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	35.860.317,07	-	-	-
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	35.860.317,07	-	-	-
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime diferenciado de contratações públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	15.408.662,40	-	405.408,00	-
h) Dispensa	2.805.408,00	-	405.408,00	-
i) Inexigibilidade	12.603.254,40	-	-	-
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha ⁴¹	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	8.129.375,31	-	8.129.375,31	-
6. Total (1+2+3+4+5)	59.398.354,78	-	8.534.783,31	-

Fonte: SIAFI

5.1.3.6. Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

Quadro 17 – A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes	33.563.750,78	-	8.129.375,31	-	12.622.517,40	-	8.129.375,31	-
339030	20.751.892,71	-	8.129.375,31	-	12.622.517,40	-	8.129.375,31	-
339039	12.811.858,07	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	25.834.604,00	-	-	-	25.834.604,00	-	-	-
449052	25.834.604,00	-	-	-	25.834.604,00	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

5.1.3.7. Análise crítica da realização da despesa

Da análise do quadro “Despesas por Grupo e Elemento de Despesa” se destaca a execução de serviços como despesa mais empenhada na categoria de despesas correntes, enquanto que na categoria de despesas de capital a despesa de maior total empenhado foi com equipamentos.

⁴¹Informações prestadas pela Coordenação-geral de Recursos Humanos/MJ.

Com relação aos valores pagos, representam um terço do valor empenhado de despesas correntes e pouco mais de 12% com relação ao empenhado de despesas de capital. A complexidade dos objetos licitados e o período de liberação de todo orçamento de investimento foram os motivos determinantes para que a maior parte dos empenhos ocorresse a partir de setembro/2013, o que acarretou inscrição de valores elevados em restos a pagar não processados.

A execução da maior parte da despesa (60%) na modalidade Pregão se deve a determinação legal e regra geral de utilização dessa modalidade nas aquisições. Os relevantes valores executados por Inexigibilidade estão relacionados à aquisição de munição menos letal, que por suas características peculiares, devidamente justificadas no correspondente processo, exigem essa forma de contratação.

Nos quadros relacionados a crédito de movimentação, os valores apresentados nos dois são referentes à execução, pela SESGE, de orçamento oriundo de movimentação externa - destaque (termo de cooperação do MPOG). No exercício de 2012, não foi recebido destaque para execução nesta UJ. Todo orçamento executado em 2012 era da Unidade Gestora do Ministério da Justiça.

5.2. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não há conteúdo a ser declarado pela SESGE.

5.3. Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 18 – A.4.3 – Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar não Processados (Valores em R\$1,00)				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	63.010,31	63.010,31	-	-
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	438.095.704,64	320.672.448,82	3.134.250,65	114.289.005,17

Fonte: SIAFI

Análise crítica

A execução de restos a pagar em 2013 foi de aproximadamente 73% dos valores inscritos. Foram realizadas entregas durante o exercício de 2013 referente às aquisições realizadas no exercício anterior e os cancelamentos devem-se a itens não entregues pelos fornecedores contratados. A SESGE não teve execução de restos a pagar em 2011, ano da criação desta Secretaria. Foram reinscritos pouco mais de 71 milhões da ação 14LG, referente a entregas que ainda estão sendo realizadas, de acordo com cronograma contratual.

5.4. Transferência de recursos

5.4.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Consultar Anexo III deste Relatório de Gestão.

5.4.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 19 – A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS – SESGE/MJ					
CNPJ:	00.394.494/0149-43					
UG/GESTÃO:	200248					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	0	15	1	14.834.583,91	16.589.330,05	-
Termo de Execução Descentralizada	31	14	16	119.226.468,58	26.788.298,12	-
Totais	31	29	17	134.061.052,49	43.377.628,17	-

Fonte: SIAFI e SICONV

5.4.3. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termo de cooperação e contratos de repasse

Quadro 20 – A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas

Unidade Concedente (Valores em R\$ 1,00)					
Nome: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS – SESGE/MJ					
CNPJ: 00.394.494/0149-43			UG/GESTÃO: 200248		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Termo de Execução Descentralizada (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termos de Execução Descentralizada	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas ⁴²	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	14.224.366,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	8	-
		Montante Repassado	-	46.286.642,42	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	0,00	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	3	-
		Montante Repassado	-	0,00	-

Fonte: SICONV.

Análise crítica

Não houve prestação de contas nos exercícios anteriores a 2012.

Com relação às prestações de contas do exercício de 2012, cabe registrar as seguintes considerações:

- Os Termos de Execução Descentralizadas – TEDs pendentes em 2012 se referem a instrumentos firmados pela SENASP/MJ, em 2011, por esta razão os valores transferidos por aquela Secretaria não foram informados no quadro acima. Sendo eles: 002/2011,

⁴² A SESGE considera ‘Constas Prestadas’ quando a Prestação de Contas encaminhada foi aceita pelo Fiscal e a Autoridade Competente para homologá-la.

009/2011 e 012/2011 com situação de Contas NÃO Prestadas; e TED nº 008/2011 – com situação de Contas Prestadas;

- Os TEDs com situação de ‘Contas NÃO Prestadas’ estão em fase de complementação de informações na prestação de contas.

Com relação às prestações de contas do exercício de 2013, as considerações são:

- Dos oito termos pendentes de prestação de contas, cinco correspondem ao exercício de 2011, cujos valores foram transferidos pela SENASP. Assim, o valor de R\$ 46.286.642,42, se refere apenas aos valores dos termos firmados e transferidos pela SESGE em 2013, sendo eles: 006/2013, 013/2013 e 014/2013.
- Os TEDs com situação de ‘Contas NÃO Prestadas’ estão em fase de diligência ou aguardando a homologação do Fiscal, após a realização das referidas diligências.

Quanto aos convênios da SESGE ressalta-se que não se encontram em fase de prestação de contas, sendo realizado o monitoramento e fiscalização da execução através do SICONV e dos fiscais nomeados para cada ajuste que, sempre que necessário, realizam visita *in loco* para o acompanhamento da execução do objeto.

A SESGE não possui contrato de repasse.

5.5. Suprimento de Fundos

A SESGE/MJ não possui Suprimento de fundos – conta tipo ‘B’, portanto não há informação para o subitem 4.5.2 – Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”, da Portaria TCU nº 175, de 2013.

5.5.1. Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da conta tipo “B” e por meio do cartão de crédito corporativo

Quadro 21 – A.4.5.1 – Despesas realizadas por meio do cartão de crédito corporativo (série histórica)

Suprimento de Fundos (valores em R\$1,00)					
Exercícios	CPGF				Total (R\$)
	Saque		Fatura		
	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	-	-	9	11.399,32	11.399,32
2012	-	-	5	5.954,96	5.954,96

Fonte: SIAFI Gerencial

5.5.2. Suprimento de fundos – cartão de crédito corporativo (CPGF)

Quadro 22 – A.4.5.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG 1	200248 - SESGE	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor (Valores em R\$ 1,00)		
			Saque	Fatura	Total
WESLEY FERNANDES AMARO	***.916.***-68	5.000,00	-	785,00	785,00
DANIEL RUSSO	***.716.***-00	18.000,00	-	819,00	819,00
PATRICK JUBILADO XEREM	***.327.***-06	13.000,00	-	5.669,47	5.669,47
MARIA CAROLINA BRAZ PASCOAL FARINHA	***.844.***-15	24.000,00	-	4.125,85	4.125,85
Total Utilizado pela UJ			0,00	11.399,32	11.399,32

Fonte: SIAFI Gerencial

5.5.3. Prestação de contas de suprimento de fundos

Quadro 23 – A.4.5.4 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (CPFG)

Suprimento de Fundos				
Situação	CPGF			
	2013		2012	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
PC Aprovadas	9	11.399,32	5	5.954,96

Fonte: SIAFI Gerencial

5.5.4. Análise Crítica

Não houve utilização de suprimento de fundos em 2011.

A SESGE utilizou o Suprimento de Fundos em 2012 e 2013 para atender despesas de pequeno vulto, que, por sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação.

Em 2013 foram concedidos nove suprimentos de fundos para atender as necessidades da Secretaria, em Brasília-DF, e parte da Diretoria de Operações – DIOP que está localizada no Rio de Janeiro-RJ.

A Portaria SESGE nº 101/2012, estabelece procedimentos a serem observados na concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos. Assim, deve o suprido observar rigorosamente a

classificação da despesa autorizada pelo Ordenador de Despesas, o prazo fixado para sua aplicação e comprovação. Na aplicação do suprimento de fundos deve ser observado: a inexistência temporária ou eventual, no almoxarifado, bem como a inexistência de fornecedor cadastrado ou em ata de registro de preços para aquisição de material de consumo, e a inexistência de cobertura contratual na contratação de serviços.

A prestação de contas apresentada pelo suprido é composta do Formulário Demonstrativo de Receita e Despesa de Suprimento de Fundos – preenchido, datado e assinado pelo suprido – e dos Documentos comprobatórios das despesas realizadas contendo a justificativa da destinação do material ou da prestação de serviços. A documentação é conferida e analisada por servidor da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças, auxiliando nos controles internos relacionados ao Suprimento de Fundos.

5.6. Renúncia sob a gestão da UJ

Não há arrecadação de receitas pela SESGE/MJ.

PARTE A – Item 5⁴³

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS⁴⁴

Preliminarmente, registre-se que a coordenação e o acompanhamento das atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores em exercício na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE/MJ são de competência da CGRH/SPOA/SE do Ministério da Justiça.

6.1. Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1. Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

6.1.1.1. Lotação

Quadro 24 – A5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	9	28	18	14
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	9	28	18	14
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	9	9	4	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	19	14	9
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	9	28	18	14

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Análise Crítica

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Autorizada

- a) Servidores de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): as vagas de cargo efetivo vinculadas ao Quadro de Pessoal do MJ não foram previamente distribuídas em face da necessidade de avaliar o perfil do servidor ingressante por meio de concurso público *versus* a necessidade de cada unidade administrativa.
- b) Demais situações: o exercício descentralizado, o exercício provisório, a requisição e a nomeação de pessoas não ocupantes de cargos efetivos são efetivados de acordo com a legislação pertinente, não havendo a definição de um número específico de pessoas por essas tipologias.

2) Lotação Efetiva

- a) Servidores de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): nesta tipologia foram considerados todos os servidores do Quadro de Pessoal do MJ, em exercício na SESGE.
- b) Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (itens 1.2.4): foram contabilizados 13 (treze) servidores no exercício de DAS e 6 (seis) servidores cedidos de outros órgãos (DPF e PC/DF).

⁴³Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

⁴⁴Informações prestadas pela Coordenação-geral de Recursos Humanos – CGRH/MJ.

6.1.1.2. Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro 25 – A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho (Situação em 31/12)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	5
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	5
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	5

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

6.1.2. Qualificação da força de trabalho

6.1.2.1. Estrutura de cargos e de funções

Quadro 26 – A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas (Situação em 31/12)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada ⁴⁵	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	13	13	18	10
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	13	13	18	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	13	18	10
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	13	13	18	10

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

⁴⁵Número de cargos comissionadas e funções gratificadas aprovadas pelo Decreto nº 6.061/2007, e suas alterações.

6.1.2.2. Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a idade

Quadro 27 – A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária (Situação em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	2	7	5	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira ⁴⁶	2	7	5	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	8	4	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	8	4	1	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	2	15	9	2	0

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Análise Crítica

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício na SESGE, observa-se a seguinte distribuição de pessoal: 7,4%, 53,57%, 32,14 e 7,14% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50 anos” e “de 51 a 60 anos”, respectivamente.

6.1.2.3. Qualificação do quadro de pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a escolaridade

Quadro 28 – A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade (Situação em 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	4	9	2	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira ⁴⁷	0	0	0	0	4	9	2	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	12	1	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	12	1	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	4	21	3	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Análise Crítica

De acordo com o quadro acima, 14,28%, 75% e 10,71% dos servidores da SESGE possuem “Segundo grau ou técnico”, “Ensino superior”, “Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-graduação”, respectivamente.

⁴⁶Os servidores de Carreira que exercem DAS ou FG não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

⁴⁷Os servidores de Carreira que exercem DAS ou FG não foram computados na tipologia 1.2, uma vez que são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

6.1.3. Custo de pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro 29 – A.5.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	256.270,17	9.654,64	306.793,80	15.077,52	74.868,04	12.724,44	12.142,19	5.338,14	0,00	692.868,94
	2012	207.093,59	0,00	197.099,03	10.181,27	38.896,44	10.728,54	15.029,34	537,58	0,00	479.565,79
	2011	10.894,62	0,00	8.860,38	0,00	3.219,63	0,00	864,03	0,00	0,00	23.838,66
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	0,00	533.435,19	78.426,64	11.975,71	249.169,24	0,00	35.485,90	306,79	0,00	908.799,47
	2012	0,00	402.351,50	37.948,28	12.734,82	608,00	0,00	11.516,05	0,00	0,00	465.158,65
	2011	0,00	99.156,68	26.604,51	7.199,82	912,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.873,01
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

Análise Crítica

O custo de pessoal da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE está demonstrado no Quadro acima no qual estão distribuídas as despesas por natureza e por tipologia de servidores e de cargos.

6.1.4. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

As informações sobre os quadros de A.5.1.4.1 a A.5.1.4.2 não se aplicam à SESGE, uma vez que a gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas desta Secretaria é feita pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

No ano de 2013, não houve aposentadoria ou pensão de servidores lotados na SESGE.

6.1.5. Cadastramento do SISAC

As informações sobre os atos de pessoal não se aplicam à SESGE, uma vez que o cadastramento de atos no SISAC é feito pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

6.1.6. Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por dois meios:

- a. Parametrização no Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no qual é bloqueado a operação de cadastramento de um novo vínculo funcional, quando detectada a ocorrência de ocupação de um cargo público não acumulável no âmbito da Administração Pública Federal, direta e autárquica.
- b. Cruzamento das bases de dados do SIAPE com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que se detectado algum possível caso, é encaminhado ao órgão de exercício do respectivo servidor para verificação.

Em ambas as situações, a possível ocorrência deve ser apurada por meio de processo administrativo, no qual é assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

Destaca-se, ainda, que no âmbito interno, o servidor no momento da posse em cargo público apresenta declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, respeitando as situações previstas na Constituição Federal, que no caso de declaração inverídica pode agravar a situação do servidor, bem como se compromete a comunicar à CGRH/MJ, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional e de que está ciente de que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal.

Desta forma, considera-se que o controle adotado tem sido útil e eficiente.

No exercício de 2013, não foi detectada ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.7. Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Nenhuma providência foi adotada, no exercício de 2013, pois não foi detectada ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

6.1.8. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

6.1.8.1. Absenteísmo

O indicador gerencial “absenteísmo”, utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, busca medir as ausências dos servidores, no qual são computados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

ABS =	Nº de dias de ausências	X100
	Nº de servidores x nº de dias de trabalho	

Em que:

Nº de dias de ausências =	Quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2013.
Nº de servidores =	Quantidade de servidores da Unidade.
Nº de dias de trabalho =	Quantidade de dias no ano.

Ressalte-se, que no item “nº de dias de trabalho” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são computados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, como parâmetro, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

- Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para os cargos efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 1/3 (um terço) dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos. Naturalmente, essa concentração contribui para estipular um índice diferenciado, pois é comum que à medida que as idades avancem alguns problemas de saúde também sobressaiam.
- Com a nomeação e posse de novos servidores em cargos efetivos, em virtude de habilitação em concurso público promovido por este Ministério, houve também uma concentração de 50% nas faixas etárias abaixo de 40 anos. Parte desse grupo são mulheres que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribui para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo da SESGE, por meio da fórmula acima mencionada, no qual se chegou ao seguinte resultado: ABS: $[13 / (28 \times 365)] \times 100 = 0,13\%$, o qual se conclui que está dentro do padrão aceitável.

Embora esse índice seja aceitável, a CGRH promove ações de promoção à saúde para que o índice encontrado seja minimizado.

6.1.8.2. Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

6.1.8.2.1. Acidentes de Trabalho

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, levando em consideração os últimos 3 (três) exercícios, sendo que no ano de 2013 foram apenas 2 (dois) casos no total.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH formulou a seguinte fórmula:

AT =	Nº de casos X 100
	Nº de servidores

Em que:

Nº de casos =	Quantidade de acidentes de trabalho.
Nº de servidores =	Quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal do MJ, bem como as atividades desenvolvidas, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos da Administração Pública, como os de carreira policial. Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Pasta, como, por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa, considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2013, não houve caso de acidente de trabalho envolvendo servidores da SESGE.

6.1.8.2.2. Doenças Ocupacionais

Observando-se o Código Internacional de Doenças – CID, foram levantados os afastamentos que podem ter sido provocados por fatores relacionados com o ambiente de trabalho. Considerando a complexidade do tema, foi estipulado para o exercício de 2013, que o índice aceitável seria de até 5%.

Destaca-se que, no âmbito do Núcleo Central do MJ, a principal causa de afastamento tem relação com doença do aparelho locomotor. Há também ocorrências de transtornos mentais e comportamentais. Todavia, por ser uma questão sigilosa tratada apenas no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, não é possível identificar os CID por Unidades, tão somente classificar como doença ocupacional ou não.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizada a seguinte fórmula:

DO =	Nº de servidores com doenças ocupacionais X 100
	Nº de servidores

Em que:

Nº de servidores com doenças ocupacionais =	Quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais
Nº de servidores =	Quantidade de servidores da Unidade.

No exercício de 2013, não houve nenhum caso de doença ocupacional na SESGE.

6.1.8.3. Rotatividade (*turnover*)

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

ROT =	(ingressos + egressos)/2 X 100
	Nº de servidores

Em que:

Ingressos =	Quantidade de entradas na Unidade.
Egressos =	Quantidade de saídas na Unidade.
Nº de servidores =	Quantidade de servidores na Unidade.

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, são considerados os seguintes aspectos:

- a) Os cargos de Direção e Assessoramento e Assessoramento Superior - DAS são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice;
- b) Os cargos efetivos do Ministério estão inseridos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo.

Assim, embora o ideal seja um índice de rotatividade de 10%, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $ROT = \{[(18+14)/2]/28 \times 100\}$, obtém-se um índice de rotatividade de 57,14%.

6.1.8.4. Disciplina

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional e o ideal é que não haja nenhum caso.

Para medir esse índice, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

DISC =	Nº de penalidades
	Nº de servidores

Em que:

Nº de penalidades =	Quantidade de penalidades ((advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras)
Nº de servidores =	Quantidade de servidores na Unidade.

No exercício de 2013, não houve nenhuma ocorrência de penalidade envolvendo servidor da SESGE.

6.1.8.5. Aposentadoria versus reposição do quadro

No exercício de 2013 não houve provimento de cargos para a reposição do quadro efetivo de pessoal do Ministério da Justiça em virtude de aposentadorias de servidores, dentre outros tipos de vacâncias.

6.2. Terceirização de mão de empregada e contratação de estagiários

Os subitens 5.2.1 – Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão; 5.2.2 – Autorização expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos para substituição de terceirizados, constantes da Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 127/2013, não se aplicam à SESGE/MJ.

Com relação aos subitens 5.2.3 – Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela Unidade Jurisdicionada; e 5.2.4 – Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão, os correspondentes serviços são providos pelo Ministério da Justiça, por meio de contratação daquela Unidade Gestora. Cumpre informar que a SESGE/MJ possui 16 (dezesesseis) terceirizados que são vinculados a contratos administrativos do Ministério da Justiça (receptionistas).

E com relação ao subitem 5.2.6 – Composição do Quadro de Estagiários, no exercício de 2013 não foram alocados estagiários na SESGE, cujo convênio é administrado pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

PARTE A – Item 6⁴⁸

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Gestão da frota de veículos próprios e contratos de terceiros

A frota de veículos utilizados pela SESGE/MJ é de propriedade da Secretaria e para gerir a frota os regulamentos utilizados são:

- Decreto 6.403, de 17 de março de 2008;
- Instrução Normativa 003/MJ, de 15 Mai 2008, Anexo VI;
- Instrução Normativa 001/SESGE/MJ, de 12 Jun 2012.

7.1.1. Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância de se ter viaturas disponíveis para a execução dos trabalhos da Secretaria se deve em virtude da natureza das atividades típicas de segurança pública e a condição extraordinária da SESGE para atuação em grandes eventos. A falta de uma frota mínima poderia comprometer o andamento das atividades desenvolvidas.

7.1.2. Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos possuía em 2013 vinte e uma viaturas, sendo doze veículos *Renault*, modelo Megane, e nove veículos Fiat, modelo Línea. As viaturas da Secretaria “são classificadas como veículos de serviço especiais em razão das atividades de segurança pública a qual são destinados, dividindo-se em ostensivos e reservados” (IN 001/2012-SESGE/MJ).

De acordo com o mesmo diploma legal, “o veículo utilizado pelo Secretário da SESGE é classificado como veículo de transporte institucional, nos termos do Art. 2º, inciso III, do Decreto nº 6.403/2008”.

Tendo em vista a SESGE possuir Diretoria destacada da Sede em Brasília/DF, estando instalada na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, a Secretaria dividiu suas viaturas em dois grupos, distribuídas dessa forma:

Grupo	Município/UF	Megane/Renault	Línea/Fiat	Total
DILOG	Brasília/DF	8	7	15
DIOP	Rio de Janeiro/RJ	4	2	6
Total		12	9	21

Tabela 4 – Quantidade de veículos por grupo

A distribuição das viaturas, de acordo com a classificação prevista no Decreto 6.403/2008 que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal, é a seguinte:

Classificação	Megane/Renault	Línea/Fiat	Total
Veículos de serviços especiais	12	8	20
Veículos de transporte institucional	0	1	1
Total	12	9	21

Tabela 5 – Quantidade de veículos por classificação

7.1.3. Média anual de quilômetros rodados

Durante o ano de 2013, as vinte e uma viaturas da SESGE somadas rodaram mais de 150 mil quilômetros, conforme discriminado na tabela infra:

⁴⁸Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

Classificação	Renaut/ Megane	Fiat/Línea	Total em km (a)	Quantidade e de veículos (b)	Média (a/b)
Veículos de serviços especiais	205.935	144.658	350.593	20	17.529
Veículos de transporte institucional	-	10.015	10.015	1	10.015
Total	205.935	154.673	360.608	21	17.172

Tabela 6 – Quilometragem por classificação do veículo

7.1.4. Idade média da frota

A idade média da frota dos veículos da SESGE é de 23,1 meses. A média de idade por classificação de veículos encontra-se especificada abaixo, conforme tabela:

Classificação	Média (em meses)
Veículos de serviços especiais	23,2
Veículos de transporte institucional	22

Tabela 7 – Idade média da frota por classificação do veículo

7.1.5. Custos associados à manutenção da frota

Os custos associados à manutenção da frota no ano de 2013 estão devidamente exemplificados na tabela a seguir:

Classificação	Combustível	1º revisão	Troca de óleo	Total
Veículos de serviços especiais	103.306,49	1.694,00	-	105.000,49
Veículos de transporte institucional	2.552,17	-	-	2.552,17
Total	105.858,66	1.694,00	-	107.552,66

Tabela 8 – Custos associados à manutenção e abastecimento por classificação do veículo (valores em reais)

7.1.6. Plano de substituição da frota

Tendo em vista a situação de Secretaria Extraordinária, a SESGE não possui plano de substituição da frota, uma vez que o prazo de extinção da Secretaria é até 31 de julho de 2017, conforme decreto de criação, bem como a frota de veículos ser relativamente nova. Ainda, de acordo com a IN 001/2012/SESGE, a frota da Secretaria deverá ser revertida ao MJ ou doada/cedida à outra instituição ou ente federado quando o veículo for definido como inservível para a SESGE. Em 2013 foi aberto processo para aquisição de mais 06 (seis) veículos, sendo 04(quatro) Versas e 02 (dois) *Fluence*, os quais serão recebidos em 2014.

7.1.7. Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A SESGE por se tratar de uma Secretaria na área de Segurança Pública necessita de veículos próprios para suas atividades, bem como possui nos seus quadros motoristas capacitados para conduzi-los.

Os veículos foram adquiridos pela Secretaria para fazer frente às demandas inerentes aos provimentos materiais, equipamentos e serviços, para o cumprimento das atribuições da SESGE no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e, conforme a necessidade, nas demais Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

7.1.8. Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Subordinado à DILOG, o setor de transporte contempla um Gestor (Colaborador) que gerencia, coordena, organiza, elabora, vistoria e controla todos os contratos, documentos e relatórios do setor, mantendo-os devidamente organizados e arquivados em local adequado.

7.2. Gestão do patrimônio imobiliário

A SESGE não é responsável por nenhum imóvel de propriedade da União. Atualmente ela está localizada em Brasília, ocupando dois locais físicos diferentes, em razão da limitação de espaço suficiente para toda a sua estrutura, nos seguintes endereços:

- Brasília-DF: Setor Policial Sul, lote 5, quadra 3 –Asa Sul. Neste endereço está a ocupação do maior efetivo da SESGE, que se deu a partir de julho de 2013. O imóvel é de responsabilidade do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF. A cessão ocorreu entre as partes por meio de Termo de Cooperação Técnica, assinado em 10/12/2012, com o objetivo de definir a forma de ocupação do espaço físico para instalação da SESGE nas dependências da nova sede do DPRF. A vigência deste termo é até 31/12/2017.
- Brasília-DF: Setor Policial Sul, bloco “F”, quadra 3, da área 5 – Asa Sul. Neste endereço são ocupadas algumas salas pela SESGE. O imóvel é de responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a cessão ocorreu entre as partes por meio de Termo de Cessão de Uso sem ônus.
- Rio de Janeiro-RJ: Av. Rio Branco, nº174, 27ºandar - CEP20.500-020. Neste endereço estão lotados servidores da Diretoria de Operações - DIOP. O imóvel é de responsabilidade da CAIXA. Para a cessão do espaço foi feito um Contrato de Comodato, em 19/04/2012, com vigência de dois anos.

Pelos motivos apresentados acima, as informações referentes aos subitens 6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial; 6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional; 6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ não se aplicam à SESGE.

PARTE A – Item 7⁴⁹

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Gestão da tecnologia da informação (TI)

Quadro 30 – A.7.1 – gestão da tecnologia da informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

⁴⁹ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
X	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

8.1.1. Análise crítica

8.1.1.1. Bloco 1

Todo o rol de negócios e aquisições de TI sob a responsabilidade da SESGE para 2013 foi definido em nível ministerial, com orçamento prévio já aprovado visando atender às necessidades estabelecidas em planejamento estratégico para os designados Grandes Eventos, conforme disposto no Decreto nº 7.538/2011 e alterações posteriores.

8.1.1.2. Bloco 2

A SESGE possui mecanismos de controle que permitem planejar, executar, monitorar/avaliar e corrigir os processos de aquisição de TI. Esses processos são pautados por metas objetivas previstas nos contratos celebrados para aquisição de soluções para a segurança pública.

Todas as aquisições decorrem do planejamento estratégico. Todos os contratos preveem mecanismos de mensuração objetiva dos resultados, com entrega de relatórios quinzenais e/ou mensais, onde constam informações de percentual de execução, entrega de objetos, avaliação de riscos, ações mitigadoras e outras auxiliares à gestão de TI.

8.1.1.3. Bloco 4

A SESGE, por sua característica extraordinária, inclusive com prazo pré-determinado para extinção, utiliza os serviços da CGTI do Ministério da Justiça naquilo que se refere ao acesso a rede corporativa, administração do serviço de e-mail, suporte a todos os sistemas internos, que incluem: serviço de impressão, telefonia fixa, gestão de documentos, dentre outros.

Assim a gestão de TI da SESGE se distingue por:

- a) Atendimento ao público interno, que é administrado pela CGTI do Ministério da Justiça;
- b) Aquisições para atendimento do planejamento estratégico de segurança pública para Grandes Eventos.

A distinção apresentada implica na necessidade de que a elaboração de um Plano Diretor de TI para a SESGE tenha as especificidades estabelecidas no planejamento estratégico definido em nível governamental. Desta forma, algumas questões postas no presente formulário, não se aplicam às especificidades da unidade.

8.1.1.4. Bloco 5

No ano de 2012 foi contratada empresa especializada para analisar e levantar as principais áreas de negócio. Os estudos técnicos realizados estabeleceram elementos que permitem a gestão da informação e dos negócios aplicáveis ao planejamento estratégico da SESGE para os anos de 2013 e 2014.

8.1.1.5. Bloco 6

Quanto ao inventário dos ativos de informação, é mantido controle patrimonial de todos os objetos de TI adquiridos para uso interno da SESGE. Em relação aos objetos de TI adquiridos em atendimento ao planejamento estratégico, para emprego na atividade fim da segurança pública dos grandes eventos, estes serão posteriormente incorporados ao patrimônio dos Estados-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

PARTE A – Item 8⁵⁰

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 31 – A.8.1 – gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
Análise crítica					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 				X	
-.-.-.-					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
Análise crítica					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 					
Não se aplica⁵¹					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
Sim (X)			Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
Análise Crítica					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.	X				

⁵⁰ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

⁵¹ A SESGE não adquire material de expediente. A aquisição destes insumos é efetuada pela CGL/MJ.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: CGALC/DILOG/SESGE

9.1.1. Análise crítica

9.1.1.1. Item 1

Em suas aquisições a SESGE exige, nos editais licitatórios, o cumprimento da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, bem como solicita Comprovante de Registro do FABRICANTE DO PRODUTO no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.

9.1.1.2. Item 4

A Secretaria exige a comprovação da origem da madeira a ser utilizada nos móveis por meio da norma ABNT NBR 14790:2007 (Cerflor) ou da Certificação da Cadeia de Custódia emitida pelo FSC, ou seja, os móveis oferecidos pelos proponentes deverão possuir Certificação de Manejo Florestal FSC (emitido por certificadoras que atuam no Brasil) ou Cerflor (Inmetro).

9.1.1.3. Item 5

Os prédios onde a SESGE possui bases são mantidos pelos proprietários (MCTI; DPRF; CEF), razão pela qual a resposta é não. Outras aquisições, como material eletrônico ou de informática, que poderiam contribuir para este quesito não foram licitados pela UJ no exercício de 2013.

9.1.1.4. Item 7

Ocorreram aquisições de veículos flex, homologados pelo PROCONVE/IBAMA, enquadrados no art. 5^o⁵² da Lei 8.723 de 28/11/1993.

9.1.1.5. Item 8

Em razão da natureza da SESGE, as aquisições de bens ou produtos de alto desempenho licitados não observaram tal possibilidade. Os insumos de informática, tais como *tonners* e cartuchos de impressora também não observaram esta situação. Demais materiais de expediente não são adquiridos pela SESGE, sendo repassados, de acordo com a demanda, pelo almoxarifado do Ministério da Justiça.

⁵²Art5 – Somente podem ser comercializados os modelos de veículos automotores que possuam a Licença para uso da Configuração de Veículos ou Motor - LCVM, emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993.

9.2. Consumo de papel, energia elétrica e água

Não há conteúdo a ser declarado. A aquisição do papel utilizado pela SESGE é efetuada pelo Ministério da Justiça, e, com relação ao consumo de energia elétrica e água, a SESGE não possui informações de quantidade e valor, pois ela participa de rateio das despesas dos locais físicos em que ocupa, conforme considerações apresentadas no item 6.2 – Gestão do patrimônio imobiliário.

PARTE A – Item 9⁵³

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

Nos subitens 9.1.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício e 9.1.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício, não constam informações sobre os acórdãos nº 0614/2013 – TCU – Plenário e nº 3451/2013 - TCU – Plenário, por estarem identificados como processos sigilosos.

Com relação ao subitem 9.1.2. - Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício, não há deliberações do TCU pendentes de atendimento.

10.1.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 32 – A.9.1.1 – cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos					316
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1.	TC 031.053/2012-2	3446/2012-Plenário	9.2	DE	Ofícios de Requisição nºs 1, 2 e 3-823/2012-Sefti
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
1. Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos					316
Descrição da Deliberação					
9.2 determinar à Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) que envie à Sefti, em relação aos projetos Centro de Comando e Controle Móvel, Sistema de Imageamento Aéreo, Dispositivos Embarcados/Móveis, Sistemas, Links, Sala-cofre e Infraestrutura para Sala-cofre, Sistema de Vídeo Wall (item 59): 9.2.1 os artefatos exigidos pela IN SLTI 4 /2012, a seguir elencados, tão logo sejam aprovados pelos respectivos responsáveis: 9.2.1.1 documento de oficialização da demanda (IN SLTI 4 /2012, art. 9º); 9.2.1.2 análise de viabilidade da contratação (IN SLTI 4 /2012, art. 10, inciso I); 9.2.1.3 plano de sustentação (IN SLTI 4 /2012, art. 10, inciso II); 9.2.1.4 estratégia da contratação (IN SLTI 4 /2012, art. 10, inciso III); 9.2.1.5 análise de riscos (IN SLTI 4 /2012, art. 10, inciso IV); 9.2.1.6 termo de referência ou projeto básico (IN SLTI 4 /2012, art. 10, inciso V). 9.2.2 a cada trinta dias, os cronogramas atualizados, bem como as devidas justificativas para os possíveis atrasos verificados.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos					316
Síntese da Providência Adotada					
– Envio dos artefatos exigidos pela IN SLTI 4/2012 para os projetos: Centro de Comando e Controle Móvel; Sistema de Imageamento Aéreo; Dispositivos Embarcados/Móveis e Sistemas; Links; Sala-cofre e Infraestrutura para Sala-cofre; Sistema de Vídeo Wall. – Envio do cronograma atualizado de execução ao TCU					
Síntese dos Resultados Obtidos					
– Centro de Comando e Controle Móvel: Todas as 27 unidades contratadas foram entregues. – Sistema de Imageamento Aéreo: Foram contratadas 12 unidades, sendo 6 entregues para a Copa das Confederações em 2013. – Dispositivos Embarcados/Móveis/Sistemas: em fase de implementação nos 13 CICC's simultaneamente. Previsão de conclusão maio de 2014. – <i>Links</i> : em implementação, todos os links devem estar entregues até março de 2014. – Sala-cofre: Foram implementadas todas as soluções, exceto São Paulo, Rio Grande do Sul e Manaus, que ficarão prontas até abril de 2014. – Infraestrutura para Sala-cofre: em fase de implementação. – Sistema de <i>Videowall</i> : Foram implementadas todas as soluções, exceto São Paulo, Rio Grande do Sul e Manaus, que					

⁵³ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

ficarão prontas até abril de 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatores que impactam negativamente na implantação do Sistema Integrado:

- *Links*: atraso na definição de local par instalação das antenas
- Sala-cofre: atrasos nas liberações das edificações adequadas prejudicaram os cronogramas de implantação em diversos graus, além de causarem retrabalho em alguns casos;
- Sistema de *Videowall*: atrasos na entrega de Infraestrutura Lógica e Elétrica ocasionadas pela demora dos Estados em aprovar e entregar os Centros impediram o início da implantação da Solução *Videowall*.

10.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno – OCI

10.2.1. Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 33 – A.9.2.1 – relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos			316
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306071	1.1.2.3 1.2.3.1 1.2.3.2 1.3.2.1	Ofício nº 20144/2013/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos			316
Descrição da Recomendação			
1.1.2.3 - Adotar medidas minimizadoras dos potenciais efeitos negativos citados por meio da implementação de um plano de gestão de riscos;			
1.2.3.1 - Aprimorar os controles internos de forma a garantir a utilização de critérios objetivos quando do julgamento de propostas em processos licitatórios, todos devidamente previstos em edital (Recomendação 1); e Realizar as pesquisas de mercado necessárias e suficientes para garantir a segurança quanto à estimativa de preço do bem a ser adquirido, devendo estes valores servir de base para o cálculo do preço máximo admissível (Recomendação 2);			
1.2.3.2 - Inserir nos autos do Processo os estudos técnicos preliminares, de modo a demonstrar tecnicamente a real necessidade da contratação e a justificar os quantitativos e as especificações dos objetos exigidos (Recomendação 1); e Aprimorar os procedimentos operacionais da Unidade a fim de justificar o estabelecimento de especificações do objeto em editais e termos de referência a ser elaborados pela UJ (Recomendação 2);			
1.3.2.1 - Comprovar a compatibilidade do valor contratado com os preços de mercado, nos casos de dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos/Assessoria de Acompanhamento e Avaliação			316
Síntese da Providência Adotada			
Com relação ao risco apontado na Constatação de número 1.1.2.3, a equipe buscou tratativas com a ANATEL no sentido de realizar adequações na resolução vigente, de modo a contemplar as novas tecnologias existentes no mercado de sistemas de imageamento aéreos, conforme ofícios de número 158/2013/GAB/SESGE/MJ e 141/2013/PR-Anatel, anexos a este documento. Seguindo a recomendação contida no Ofício nº 141/2013/PR-Anatel, a SESGE buscou autorização para utilização do Serviço Especial para Fins Científicos e Experimentais (SEFICE), sendo o mesmo aprovado e iniciado conforme comunicações da Anatel contidas nos Ofícios de número 3284/2013/ORLE-Anatel e 3607/2013/ORLE-Anatel. Portanto, conforme demonstrado, o risco foi identificado e as ações mitigadoras devidamente executadas levando à eliminação do risco.			
Com relação às demais recomendações, elas serão observadas na medida em que novas contratações acontecerem. A Assessoria de Avaliação e Acompanhamento – AAA está constantemente, no uso de suas atribuições regimentais, monitorando e recomendando aos dirigentes da SESGE a observância das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle Interno e Externo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Adotou providências para a mitigação dos riscos apontados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A singularidade das contratações da SESGE, muitas de alta complexidade técnica, a insuficiência de servidores na Secretaria, bem como a exiguidade de tempo para a contratação e implementação das ações para os grandes eventos, impactam negativamente na qualidade dos controles internos existentes.			

10.2.2. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 34 – A.9.2.2 – situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos			316
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1.	Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306071	1.1.3.1 1.3.2.1	Ofício nº 20144/2013/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos			316
Descrição da Recomendação			
1.1.3.1 - Elaborar os seguintes documentos de acordo com as instruções contidas na Instrução Normativa nº 04/2010 da SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: - Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); - Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC); e - Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (MDS);			
1.3.2.1 - Comprovar a compatibilidade do valor contratado com os preços de mercado, nos casos de dispensa de licitação com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos/Assessoria de Acompanhamento e Avaliação			316
Justificativa para o seu não Cumprimento			
1.1.3.1 - Considerando que as aquisições de soluções de tecnologia da informação da SESGE são para atendimento do planejamento estratégico de segurança pública para Grandes Eventos, bem como se trata de uma secretaria extraordinária, com exercício até julho de 2017, não se percebeu a necessidade e nem a obrigatoriedade da SESGE criar o PDTI. Após a recomendação da CGU tentou-se elaborá-lo, mas, em razão da complexidade técnica para a criação do Plano Diretor, bem como a insuficiência de pessoal técnico qualificado, a SESGE não conseguiu, no exercício de 2013, atender à referida recomendação. Cabe ressaltar, contudo, que medidas estão sendo adotadas por esta Secretaria para atender a referida recomendação. Nesse sentido, foi criado o Comitê de TI, conforme Portaria SESGE 087, de 24 de março de 2014.			
1.3.2.1 - A SESGE encaminhou cotação de preço para seis instituições de ensino, contudo, essas instituições não apresentaram proposta - em alguns casos responderam negativamente e outras apenas não responderam.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<ul style="list-style-type: none"> - Não há interesse das instituições de ensino em apresentar proposta de preço para um objeto que já foi executado. - Insuficiência de servidores qualificados para elaborar o Plano Diretor de TI da SESGE. 			

10.3. Informação sobre a atuação da unidade de auditoria interna

A SESGE não possui unidade de auditoria interna.

10.4. Declaração de bens e rendas estabelecidas na Lei 8.730/93⁵⁴

10.4.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 35 – A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18	10	13
	Entregaram a DBR	18	10	13
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Controle da CARH/Coordenação-geral de Recursos Humanos/MJ.

10.4.2. Situação do cumprimento das obrigações

10.4.2.1. Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR

No primeiro momento, ou seja, no início do exercício do cargo em comissão ou função, o empossado é informado acerca da necessidade de preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Rendias, sendo permitido fornecer o termo de autorização de acesso, por meio eletrônico, ou cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Caso o empossado se recuse a uma das alternativas apresentadas supra é informado da impossibilidade de ser investido no cargo ou função, em face do contido nas Leis nº 8.112/90 e 8.730/93.

Já no segundo momento, ou seja, no final do exercício do cargo ou função, em razão dos atos (exoneração ou dispensa) publicados em Diário Oficial da União, não impulsionados especificamente pela CGRH/MJ, em que algumas situações se operam com retroatividade, o ex-ocupante é notificado para que proceda à regularidade exigida por lei e normativos decorrentes.

10.4.2.2. Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR

No âmbito da Sede do Ministério da Justiça, a Unidade responsável pelo recebimento das Declarações de Bens e Rendias, por força da competência regimental, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

10.4.2.3. Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

Não há sistema informatizado específico para esse fim. Todavia, a Unidade mantém

⁵⁴Informações prestadas pela Coordenação-geral de Recursos Humanos/Ministério da Justiça.

controle de quem está quite, ou não, com a obrigação de apresentar a Declaração de Bens e Rendas, bem como o tipo de documento apresentado (Declaração em papel ou Autorização de Acesso, por meio eletrônico, às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, privativo aos órgãos de controle interno e externo).

10.4.2.4. Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso acontece.

No Governo Federal, considerando a política de modernização dos processos de trabalho na área de gestão de pessoas, com a eliminação do excesso de papéis constantes dos arquivos funcionais dos órgãos e entidades e aumento da segurança da informação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência, resolvendo que todo agente público, como forma de atender o disposto nas Leis nº 8.429/92 e 8.730/93, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou apresentar anualmente, em papel, Declarações de Bens e Rendas que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

No caso da Sede do Ministério da Justiça, a grande maioria dos servidores entregou o formulário de acesso que, na forma do normativo supracitado, não há necessidade de renovação anual da autorização, o que contribuiu muito para a desburocratização do processo de apresentação da Declaração de Bens e Rendas.

10.4.2.5. Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça não realiza acesso à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, nem analisa as Declarações de Bens e Rendas, em papel, recebidas, em obediência ao disposto no art. 5º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, considerando que as informações apresentadas ou constantes na base da SRF serão acessadas somente pelos servidores dos órgãos de controle interno e externo para fins de análise da evolução patrimonial do agente público.

10.4.2.6. Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

Visando preservar o sigilo fiscal das informações recebidas, as Declarações de Bens e Rendas, em papel, são colocadas, individualmente, em envelope e posteriormente lacradas e guardadas em local com acesso restrito. Já os formulários de autorizações de acesso são guardados em pastas, que também são arquivadas nesse local.

10.5. Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Não há conteúdo a ser declarado pela SESGE.

10.6. Alimentação SIASG e SICONV

A Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV, nos termos do subitem 9.6, da Portaria TCU nº 175/2010, encontra-se no Anexo I deste Relatório.

PARTE A – Item 10⁵⁵

11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A SESGE dispõe de site próprio para divulgação de suas informações (<http://sesge.mj.gov.br>), onde oferece uma forma de contato direto com o cidadão através da opção “Fale Conosco”, bem como possui dois espaços de interação e diálogo de forma mais direta com a sociedade - <https://www.facebook.com/sesge.br> e https://twitter.com/sesge_mj. Em 2013⁵⁶, o site da SESGE recebeu um total de 20.264 visitas e mais de 45 mil leituras⁵⁷. Os países que mais acessaram o site, além do Brasil, foram os Estados Unidos da América, China e Ucrânia. Os assuntos mais procurados estão relacionados à ‘licitações’ e sobre a ‘Secretaria’.

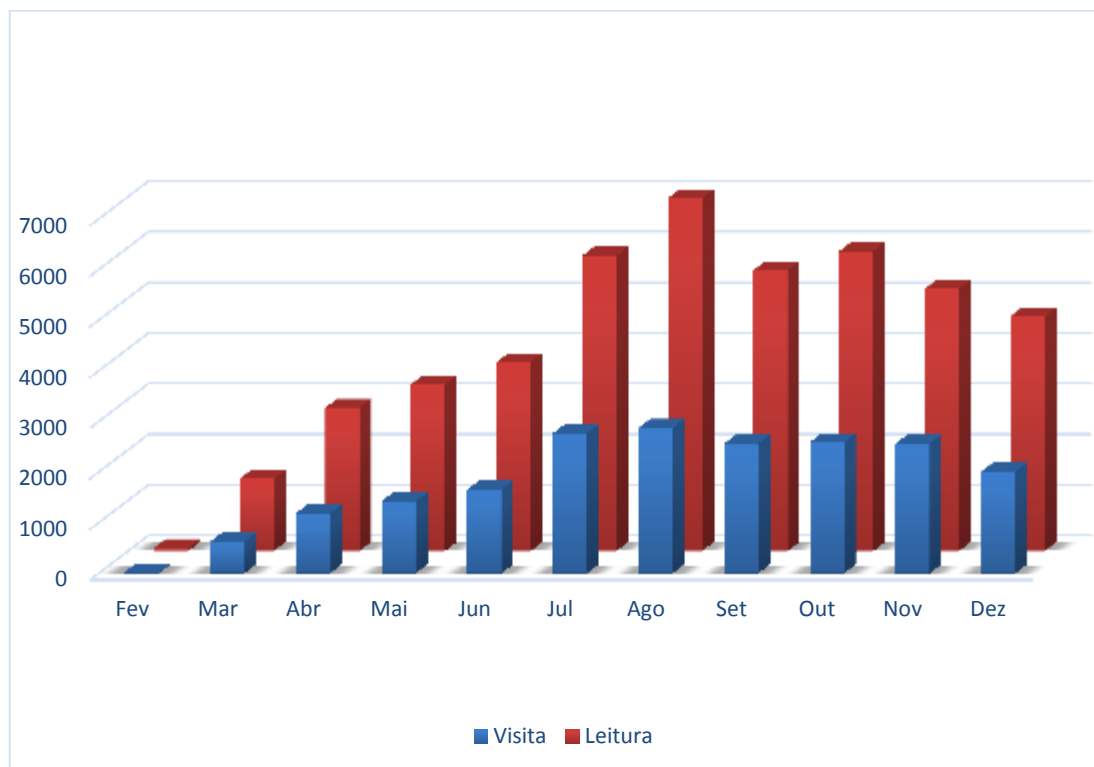


Gráfico 1 – Acessos no site da SESGE – visitas/leituras

Além disso, consta no *site* do Ministério da Justiça uma sessão específica “Segurança de Grandes Eventos”, dentro da opção “Segurança Pública”, que trata de informações da SESGE.

Dentro das atividades desenvolvidas nesta Secretaria não há uma área responsável pelo atendimento ao cidadão, uma vez que esta demanda é mínima. O contato direto do cidadão acontece geralmente via Serviço de Informação ao Cidadão do Ministério da Justiça – SIC/MJ, cuja demanda é repassada ao ponto focal da SESGE, e encaminhada à área responsável para o atendimento do pedido de informação dentro da Secretaria.

No ano de 2013 houve 22 pedidos de acesso à informação via SIC/MJ. O prazo médio de resposta foi de 14,3 dias e nenhum deles gerou recurso para a SESGE.

⁵⁵ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

⁵⁶ Apurado a partir de fevereiro de 2013.

⁵⁷ Leitura é registrada para cada tópico lido pelo visitante.

PARTE A – Item 11⁵⁸

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1. Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público⁵⁹

As atividades relacionadas à contabilidade da UG 200248 da SESGE/MJ são realizadas pela Setorial Contábil do Ministério da Justiça, na Coordenação de Contabilidade-CCONT/SPOA/SE/MJ. Desta forma, o presente item não se aplica a esta UJ.

12.2. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

12.2.1. Declaração plena⁶⁰

Documento original digitalizado constante no anexo II.

ANDREI AUGUSTO PASSOS RODRIGUES
Secretário Extraordinário de Segurança Grandes Eventos

⁵⁸ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.

⁵⁹ Informações prestadas pela CGPOF/DILOG/SESGE.

⁶⁰ Informação prestada pela Coordenação-geral de Orçamentos e finanças/SE/MJ.

PARTE A – Item 12⁶¹

13. ANEXOS

13.1. Anexo I – Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV – original digitalizada


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS
DIRETORIA DE LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECLARAÇÃO – SIASG – SICONV			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS		200248	
<p>Eu, LETICIA LENZI, CPF nº 708.891.630-49, Coordenadora-Geral de Administração, Licitações e Contratos, exercido na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	31 de março de 2014
Autoridade Responsável	LETICIA LENZI	CPF nº	708.891.630-49

Let L

⁶¹ Anexo II, da Decisão Normativa – TCU 127, de 15 de maio de 2013.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SECRETARIA EXTRAORD. DE SEG. P/GRANDES EVENTOS	200248
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) 315 - FALTA/RESTRICÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO;</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e • A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local	Brasília/DF
Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES
CRC n.º	DF - 9.261/O-7

José Carlos Gomes
 COORDENADOR

13.3. Anexo III – Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro 36 – A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS									
CNPJ: 00.394.494/0149-43					UG/GESTÃO: 200248				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit ⁶² .
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	002/2011	DPF	R\$33.490,62	-	-	13.600,00	17/11/11	31/12/11	1
3	003/2011	DPF	R\$46.740.480,00	-	-	342.897,01	14/12/11	31/12/12	1
3	006/2011	DPF	R\$167.716,80	-	-	-	17/11/11	31/12/12	1
3	007/2011	ABIN	R\$2.519.670,00	-	-	1.385.070,00	25/11/11	31/07/14	1
3	008/2011	DPF	R\$5.881.000,00	-	-	4.573.445,00	22/11/11	31/12/11	4
3	009/2011	DPF	R\$490.372,59	-	-	490.372,59	23/11/11	31/12/11	1
3	012/2011	DPRF	R\$1.300.000,00	-	-	-	19/12/11	31/12/12	1
3	015/2011	DPF	R\$1.490.000,00	-	-	1.490.000,00	14/12/11	3/9/2014	1
3	016/2011	DPF	R\$3.694.051,54	-	-	3.299.208,78	07/12/11	31/12/12	1
3	017/2011	DPF	R\$14.232.755,73	-	-	14.167.312,61	09/11/11	31/12/12	1
3	018/2011	DPRF	R\$23.880.200,00	-	-	21.606.918,00	29/12/11	29/12/12	1
1	759870/2011	SSP/RJ	R\$18.432.588,94	R\$1.843.258,89	-	16.589.330,05	28/12/11	28/7/2014	1
3	001/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil	R\$39.680.000,00	-	-	-	20/08/12	31/12/13	6
3	001/2012	DPRF	R\$1.529.719,43	-	-	76.162,60	10/12/12	31/12/17	1
3	002/2012	DPRF	R\$18.640.000,00	-	-	-	01/11/12	31/12/14	6
3	003/2012	DPRF	R\$1.741.926,03	-	-	-	01/11/12	31/12/14	1
3	004/2012	DPRF	R\$859.000,00	-	-	-	19/11/12	31/12/14	1
3	005/2012	DPRF	R\$21.993.000,00	-	-	-	19/11/12	31/12/14	6
3	006/2012	SENASP	R\$6.801.000,00	-	-	-	23/10/12	31/12/14	6
3	007/2012	DPF	R\$298.441,80	-	-	118.301,67	07/11/12	31/12/14	1
3	011/2012	DPF	R\$805.938,45	-	-	523.900,43	19/11/12	31/12/14	1

⁶² Data considerada: 31/12/2013

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit ⁶³ .
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	012/2012	DPF	R\$400.000,00	-	-	-	19/11/12	31/12/14	1
3	013/2012	DPF	R\$7.904.000,00	-	-	-	20/11/12	31/12/14	1
3	014/2012	DPF	R\$5.000.000,00	-	-	-	19/11/12	31/12/14	6
3	017/2012	DPF	R\$2.671.089,33	-	800.000,00	800.000,00	19/11/12	31/12/14	1
3	018/2012	DPF	R\$177.362,00	-	-	162.792,00	19/11/12	31/12/14	1
1	774518/2012	SSP/RJ	R\$113.900,00	R\$13.900,00	100.000,00	100.000,00	01/12/12	31/12/14	1
1	777349/2012	Sec. de Def. Social de PE	R\$1.120.750,00	R\$58.000,00	1.062.750,00	1.062.750,00	28/12/12	30/06/14	1
1	777063/2012	Sec. da Seg. Púb. e da Def. Social do RN	R\$730.220,00	R\$36.511,00	693.709,00	693.709,00	28/12/12	30/06/14	1
1	778001/2012	SSP/AM	R\$736.842,11	R\$36.842,11	700.000,00	700.000,00	28/12/12	30/06/14	1
1	777350/2012	Sec. da Seg. Púb. e Def. Soc. Do CE	R\$783.037,20	R\$39.151,86	743.885,34	743.885,34	28/12/12	30/06/14	1
1	777136/2012	SSP/BA	R\$1.460.100,00	R\$73.005,00	1.387.095,00	1.387.095,00	28/12/12	30/06/14	1
1	777587/2012	SSP/RJ	R\$1.910.600,00	R\$191.060,00	1.719.540,00	1.719.540,00	28/12/12	30/06/14	1
1	777058/2012	SSP/DF	R\$1.074.750,00	R\$107.527,26	967.222,74	967.222,74	28/12/12	30/06/14	1
1	777137/2012	SSP/MT	R\$698.107,12	R\$34.905,36	663.201,76	663.201,76	28/12/12	30/06/14	1
1	780466/2012	SDC/RJ	R\$652.832,40	R\$65.283,24	587.549,16	587.549,16	28/12/12	30/06/14	1
1	777061/2012	SSP/PR	R\$798.080,00	R\$79.808,00	718.272,00	718.272,00	28/12/12	30/06/14	1
1	777138/2012	Sec. Est. Def. Soc. MG	R\$1.962.000,00	R\$254.451,93	1.707.548,07	1.707.548,07	28/12/12	30/06/14	1
1	777065/2012	SSP/RS	R\$1.228.080,00	R\$123.179,16	1.104.900,84	1.104.900,84	28/12/12	30/06/14	1
1	777754/2012	SSP/SP	R\$621.000,00	R\$63.000,00	558.000,00	558.000,00	28/12/12	30/06/14	1
1	777729/2012	SSP/SP	R\$2.358.510,00	R\$237.600,00	2.120.910,00	2.120.910,00	28/12/12	30/06/14	1
3	001/2013	DPF	R\$11.000.000,00	-	-	-	23/08/13	31/12/13	4
3	002/2013	SENASP	R\$25.754.726,60	-	23.130.467,27	23.130.467,27	27/03/13	31/12/14	1
3	003/2013	DPF	R\$750.000,00	-	-	-	08/11/13	31/12/14	1
3	004/2013	DPF	R\$5.000.000,00	-	-	-	05/04/13	31/12/14	1
3	006/2013	DPRF	R\$15.100.000,00	-	15.096.950,00	15.096.950,00	22/04/13	28/07/13	4
3	007/2013	DPF	R\$1.390.218,00	-	-	-	24/04/13	31/12/13	4
3	008/2013	DPF	R\$514.769,32	-	-	-	03/04/13	31/12/14	1
3	009/2013	DPF	R\$135.360,00	-	-	-	03/04/13	31/12/14	1
3	010/2013	DPF	R\$376.803,00	-	31.920,00	31.920,00	15/08/13	31/12/13	4

⁶³ Data considerada: 31/12/2013

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit ⁶⁴ .
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	011/2013	DPF	R\$175.000,00	-	65.830,28	65.830,28	03/04/13	31/12/14	1
3	012/2013	DPRF	R\$17.432.000,00	-	-	-	05/12/13	31/08/14	1
3	013/2013	DPRF	R\$11.716.672,00	-	9.715.854,22	9.715.854,22	17/05/13	31/08/13	4
3	014/2013	DPRF	R\$25.164.851,20	-	21.473.851,20	21.473.851,20	17/05/13	31/08/13	4
3	015/2013	DPRF	R\$2.070.000,00	-	-	-	27/05/13	31/12/13	4
3	016/2013	SENASP	R\$6.600.000,00	-	61.440,00	61.440,00	24/05/13	31/12/13	4
3	017/2013	ABIN	R\$11.000.000,00	-	5.969.422,76	5.969.422,76	24/05/13	31/12/13	4
3	018/2013	DPF	R\$927.000,00	-	-	-	07/05/13	31/12/13	4
3	019/2013	SENASP	R\$17.631.988,00	-	14.224.326,00	14.224.326,00	24/05/13	31/07/13	4
3	019-A/2013	SENASP	R\$2.851.198,60	-	1.506.526,70	1.506.526,70	11/12/13	31/12/13	4
3	020/2013	DPRF	R\$15.100.000,00	-	-	-	27/05/13	01/08/14	1
3	022/2013	DPF	R\$3.000.000,00	-	-	-	21/10/13	31/12/14	1
3	023/2013	DPF	R\$47.369.347,00	-	26.919.303,71	26.919.303,71	16/04/13	31/12/13	4
3	024/2013	DPF	R\$9.456.000,00	-	-	-	07/10/13	31/12/14	1
3	025/2013	DPF	R\$2.500.000,00	-	-	-	23/10/13	31/12/14	1
3	027/2013	RFB	R\$39.000.000,00	-	-	-	23/08/13	30/05/14	1
3	028/2013	DPRF	R\$3.700.000,00	-	-	-	09/12/13	31/08/14	1
3	030/2013	DPRF	R\$5.700.000,00	-	-	-	14/11/13	31/08/14	1
3	032/2013	DPF	R\$157.917,06	-	576,44	576,44	10/10/13	31/12/13	4
3	033/2013	DPF	R\$230.000,00	-	230.000,00	230.000,00	23/10/13	31/12/13	4
3	035/2013	ESAF	R\$13.458,24	-	-	-	14/11/13	31/12/13	4
3	036/2013	SENASP	R\$9.000.000,00	-	-	-	16/12/13	31/05/14	1

LEGENDA

Modalidade:		Situação da Transferência:			
1 - Convênio	3 - Termo de Cooperação	1 - Adimplente	4 - Concluído	6 - Rescindido	
2 - Contrato de Repasse	4 - Termo de Compromisso	2 - Inadimplente	5 - Excluído	7 - Arquivado	
		3 - Inadimplência Suspensa			

Fonte: SIAFI e SICONV

⁶⁴ Data considerada: 31/12/2013

A fim de facilitar a leitura, os dados também foram aglutinados por ano e por instrumento.

2011/Termo de Cooperação

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação ⁶⁵
TC	002/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Vigência expirou em 31/12/2011. Créditos repassados em Restos a Pagar em 11/10/2012, de acordo com Parecer 420/2012/COLIC/CGLEG/CONJUR/MJ-CGU/AGU.
TC	003/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado parcialmente. O ajuste firmava capacitação e aquisição, tendo sido executado somente a capacitação prevista no PT do TC.
TC	006/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Não houve repasse de cré. Vigência expirou em 31/12/2012.
TC	007/2011	Agência Brasileira de Inteligência	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/07/2014.
TC	008/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Vigência expirou em 31/12/2011. Créditos repassados em Restos a Pagar em 27/1/2012 (R\$1.969.790,00), 3/7/2012 (R\$1.49.000,00) e 16/7/2012 (R\$1.113.655,00). Houve prestação de contas.
TC	009/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Vigência expirou em 31/12/2011. Créditos repassados. Solicitada a complementação da prestação de contas pelo fiscal.
TC	012/2011	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação executado. Não houve repasse de crédito. Vigência expirou em 31/12/2012.
TC	014/2011	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação não executado. Vigência expirou em 31/12/2012.
TC	015/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigência até 13/10/2014.
TC	016/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Vigência expirou em 31/12/2012.
TC	017/2011	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Vigência expirou em 31/12/2012.
TC	018/2011	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação executado. Vigência expirou em 29/12/2012.

Fonte: SIAFI e SICONV

Tabela 9 – 2011/Termo de Cooperação

⁶⁵ Data considerada: 31/12/2013.

2011/Convênio

Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Observação⁶⁶.
Convênio	759870/2011	Secretaria de Segurança Pública/RJ	Convênio em execução.

Fonte: SIAFI e SICONV

Tabela 10 – 2011/Convênio

2012/Termo de Cooperação

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação⁶⁷.
TC	001/2012	Secretaria da Receita Federal do Brasil	Termo de Execução Descentralizada rescindido.
TC	001/2012	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2017. Houve descentralização de crédito e repasse de financeiro.
TC	002/2012	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Execução Descentralizada rescindido.
TC	003/2012	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de crédito.
TC	004/2012	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de créditos.
TC	005/2012	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Execução Descentralizada rescindido.
TC	006/2012	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de Execução Descentralizada rescindido.
TC	007/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de créditos e repasse de financeiro. Solicitado informações acerca da execução do TED.
TC	011/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de crédito e repasse de financeiro. Recebida a prestação de contas do TED.
TC	012/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de créditos. Solicitado complementação pelo fiscal acerca de informações prestadas sobre a execução.

⁶⁶ Data considerada: 31/12/2013

⁶⁷ Data considerada: 31/12/2013

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação⁶⁸
TC	013/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de crédito. Solicitado a rescisão do TED.
TC	014/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Execução Descentralizada rescindido.
TC	017/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de crédito.
TC	018/2012	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014. Houve descentralização de crédito e financeiro. Aguardando complementação na prestação de contas solicitada pelo fiscal do TED.

Fonte: SIAFI e SICONV

Tabela 11 – 2012/Termo de Cooperação

⁶⁸ Data considerada: 31/12/2013

2013/Termo de Cooperação

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação⁶⁹.
TC	001/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento da prestação de contas final.
TC	002/2013	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014.
TC	003/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014.
TC	004/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução. Vigente até 31/12/2014.
TC	006/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	007/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado parcialmente. Aguardando o encaminhamento de informações.
TC	008/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação vigente até 31/12/2014. Crédito devolvido. Aguardando rescisão.
TC	009/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação vigente até 31/12/2014. Aguardando o envio de informações acerca da execução.
TC	010/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o envio de prestação de contas.
TC	011/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação vigente até 31/12/2014. Aguardando o envio de informações acerca da execução.
TC	012/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução.
TC	013/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	014/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	015/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	016/2013	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	017/2013	Agência Brasileira de Inteligência	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	018/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação não vigente. Aguardando o encaminhamento de informações acerca da execução.
TC	019/2013	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	019-A/2013	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	020/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução.
TC	022/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação vigente. Crédito devolvido. Em análise para rescisão.
TC	023/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	024/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação em execução.
TC	025/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação vigente. Aguardando o encaminhamento de informações acerca da execução.
TC	027/2013	Secretaria da Receita Federal do Brasil	Termo de Cooperação em execução.
TC	028/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução.

⁶⁹ Data considerada: 31/12/2013

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação⁷⁰.
TC	030/2013	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	Termo de Cooperação em execução.
TC	032/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	033/2013	Departamento de Polícia Federal	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	035/2013	Escola de Administração Fazendária	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.
TC	036/2013	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Termo de Cooperação executado. Aguardando o encaminhamento de prestação de contas.

Fonte: SIAFI e SICONV

Tabela 12 – 2013/Termo de Cooperação

2012/Convênio

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação⁷¹.
Convênio	774518/2012	Secretaria de Segurança Pública/RJ	Convênio em execução.
Convênio	777349/2012	Secretaria de Defesa Social/PE	Convênio em execução.
Convênio	777063/2012	Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social/RN	Convênio em execução.
Convênio	778001/2012	Secretaria de Segurança Pública/AM	Convênio em execução.
Convênio	777350/2012	Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social/CE	Convênio em execução.
Convênio	777136/2012	Secretaria de Segurança Pública/BA	Convênio em execução.
Convênio	777587/2012	Secretaria de Segurança Pública/RJ	Convênio em execução.
Convênio	777058/2012	Secretaria de Segurança Pública/DF	Convênio em execução.
Convênio	777137/2012	Secretaria de Segurança Pública/MT	Convênio em execução.
Convênio	780466/2012	Secretaria de Defesa Civil/RJ	Convênio em execução.
Convênio	777061/2012	Secretaria de Segurança Pública/PR	Convênio em execução. Em ajuste do Plano de Trabalho.
Convênio	777138/2012	Secretaria Estadual de Defesa Social/MG	Convênio em execução.

⁷⁰ Data considerada: 31/12/2013

⁷¹ Data considerada: 31/12/2013

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Observação⁷².
Convênio	777065/2012	Secretaria de Segurança Pública/RS	Convênio em execução. Em ajuste do Plano de Trabalho.
Convênio	777754/2012	Secretaria de Segurança Pública/SP	Convênio em execução.
Convênio	777729/2012	Secretaria de Segurança Pública/SP	Convênio em execução.

Fonte: SIAFI e SICONV

Tabela 13 – 2012/Convênio

⁷² Data considerada: 31/12/2013